



CAPEMISA Seguradora de Vida e Previdência S/A
CNPJ: 08.602.745/0001-32

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas, Clientes, Corretores, Colaboradores e Parceiros.

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da Capemisa Seguradora de Vida e Previdência S/A relativas ao exercício social de 2024, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas e Relatórios dos Auditores Independentes.

As Demonstrações Financeiras foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, conjugadas com as normas emitidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

1. Mensagem da Administração

A Capemisa Seguradora é uma Sociedade Anônima fechada especialista em vida, originada de uma história de 64 anos de dedicação ao mercado de seguros de vida e previdência tradicional.

A Seguradora manteve a estratégia de criar soluções de negócios sob medida para os seus parceiros, clientes, corretores, colaboradores e que gerassem valor para a Sociedade em geral. Devido a isso a Capemisa Seguradora apresentou lucro líquido de R\$ 87,08 milhões e retorno sobre o Patrimônio Líquido Médio (ROAE) de 17,06%.

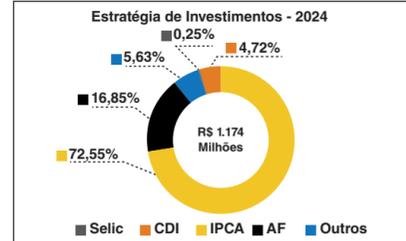
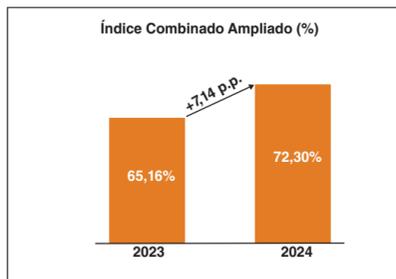
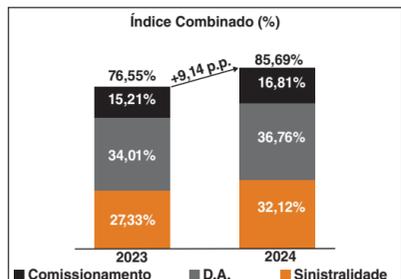
2. Ações Sociais – Lar Fabiano de Cristo

A história de criação da Capemisa é um caso raro no mundo corporativo, de uma empresa que surgiu com o propósito de gerar recursos para o Instituto Capemisa de Ação Social e, assim, garantir o apoio a diversas obras sociais; dentre elas o Lar Fabiano de Cristo. O projeto, iniciado em 1958, é reconhecido internacionalmente pela UNESCO, e tem como missão desenvolver a proteção social e a educação transformadora, contribuindo para a construção de um mundo melhor e menos desigual.

3. Desempenho

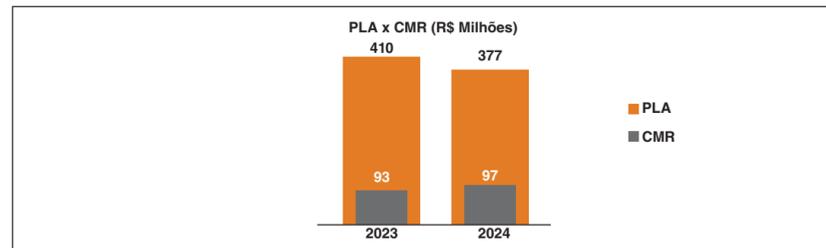
Índices

O Índice Combinado (IC) - relação entre as despesas operacionais e as receitas oriundas dos prêmios ganhos teve uma variação de +9,14 p.p. em relação ao exercício anterior, justificado principalmente pelo aumento da sinistralidade. O Índice Combinado Ampliado (ICA) teve aumento 7,14 p.p. pelo mesmo motivo do IC.



Solvência

A Capemisa Seguradora permanece sólida apresentando Patrimônio Líquido Ajustado superior a três vezes o capital mínimo exigido pela SUSEP.



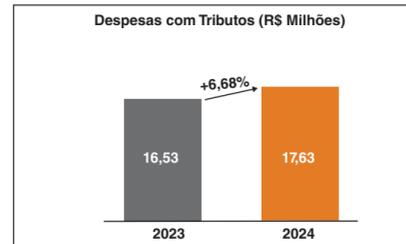
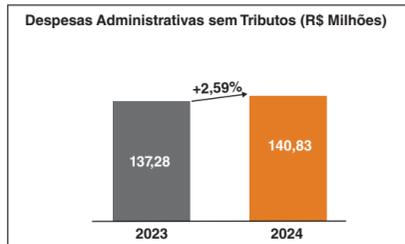
Prêmios Ganhos

O prêmio ganho foi de R\$ 478,45 milhões contra R\$ 467,64 milhões em 2023, representando uma variação positiva de +2,31%, conforme demonstrado no quadro abaixo:



Despesas Administrativas e Tributos

A despesa administrativa nesse ano apresentou uma elevação de 3,03%, valor inferior a inflação do período, principalmente justificada pelo aumento do PIS e da COFINS em 6,68%, decorrente do incremento do resultado operacional no período. Já as despesas sem tributos cresceram 2,59%. Parte desse aumento é motivado pelos investimentos em tecnologia e projetos internos, esforço constante na evolução qualitativa dos processos de forma a priorizar Colaboradores, Corretores e Clientes.

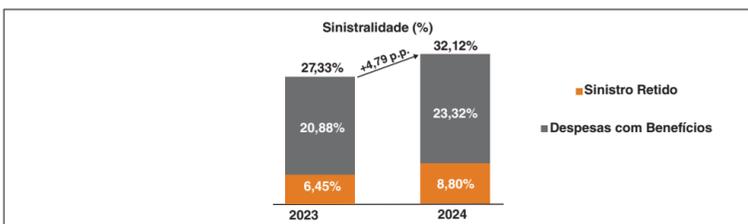


A Capemisa aproveitou os movimentos de mercado e conseguiu aumentar sua receita de alguns dos seus produtos de seguros, destacando Eventos +35,86%, PME +10,68%, Cotados +7,60%, e Passageiro Top +7,56%. Neste exercício, a Seguradora lançou o Produto Capemisa Viva, qualificando ainda mais o seu portfólio, objetivando aumentar expressivamente a receita de seguros.

A Capemisa se mantém próxima aos corretores realizando treinamento e capacitação, bem como desenvolvendo produtos sob medida para seus parceiros comerciais, como parte de sua estratégia de negócios.

Sinistralidade

O índice de sinistralidade, em razão dos sinistros retidos e das despesas com benefícios, apresentou um aumento de +4,79 p.p. em relação ao mesmo período do ano passado.



Lucro Líquido

Este ano foi marcado pelo bom resultado de vendas, aumento nos sinistros, aumento nas despesas administrativas, aumento no resultado financeiro e pela redução do resultado patrimonial.

A Seguradora manteve a estratégia de negócios nesse exercício que resultou em um lucro líquido de R\$ 87,08 milhões, leve redução de 2,85% em comparação ao ano anterior. Já na rentabilidade ao acionista, o ROAE foi de 17,06%.

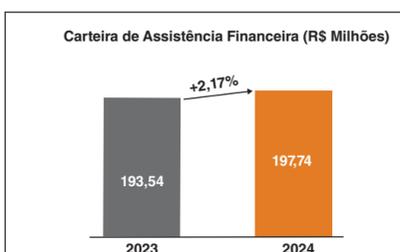


Resultado Financeiro

A Seguradora manteve sua estratégia de ALM, iniciada em 2016, com alocação predominante em títulos públicos federais (NTN-B) – ativo esse alinhado com seus compromissos atuariais, o que tende a neutralizar o impacto da flutuação das taxas de juros reais no resultado, uma vez que os ativos se encontram comprados para o longo prazo alinhados com os prazos e indexadores do passivo.

O IPCA, índice que corrige a maior parte da carteira dos títulos públicos, teve uma ligeira variação fechando em 4,83%, enquanto no exercício anterior foi 4,62%. A carteira de Assistência Financeira teve uma leve evolução. Devido a esses motivos o resultado financeiro foi superior ao exercício anterior em 0,92%.

A Seguradora continua incrementando o investimento dos seus ativos livres na modalidade de Assistência Financeira, que consiste na concessão de crédito ao cliente titular de um plano de previdência com as melhores condições de taxas de juros do que as ofertadas pelas tradicionais operações de crédito do mercado.



4. Governança Corporativa

A Capemisa Seguradora vem desenvolvendo o seu modelo de gestão com ações concretas de implementação dos princípios e das melhores práticas de Governança Corporativa. A segurança da informação, a revisão das diretrizes corporativas, o aprimoramento contínuo da gestão de riscos e dos controles internos, bem como das ações de prevenção e combate à fraude e lavagem de dinheiro, têm permitido um salto em qualidade na manutenção e no refinamento do seu modelo de negócios, considerando sempre os padrões mais elevados de integridade, ética profissional e social.

5. Reformulação, Reorganização Societária e/ou Alteração no Controle Acionário

A Administração ressalta que não ocorreram reformulações, reorganizações societárias e/ou alterações no controle acionário da Seguradora.

6. Política de distribuição de Dividendos, Juros sobre o Capital Próprio e Reinvestimento dos Lucros

A política de distribuição de lucros prevê de acordo com o estatuto social o dividendo mínimo aos acionistas de 30% do lucro líquido apurado, no valor de R\$ 24,65 milhões. Assim, em 2024, foram disponibilizados aos acionistas o montante bruto de R\$ 32,70 milhões, a título de juros sobre o capital próprio, o qual, após a dedução de R\$ 4,90 milhões de imposto de renda retido na fonte, representa o montante líquido de R\$ 27,79 milhões.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de Reais)

	Notas	2024	2023		Notas	2024	2023
ATIVO				PASSIVO			
CIRCULANTE		323.692	346.349	CIRCULANTE		221.181	199.157
Disponível		1.224	3.118	Contas a pagar		61.116	54.374
Caixa e bancos		1.224	3.118	Obrigações a pagar	13	44.723	39.596
Aplicações	4	231.412	253.701	Impostos e encargos sociais a recolher	14	3.956	3.554
Créditos das operações com seguros e resseguros		8.201	7.995	Encargos trabalhistas	15	8.026	7.379
Prêmios a receber	5	8.201	7.971	Impostos e contribuições	16	4.125	3.559
Operações com resseguradoras		-	24	Outras contas a pagar		286	286
Créditos das operações com previdência complementar		1.301	1.011	Débitos de operações com seguros e resseguros	17	5.484	4.621
Valores a receber	6	1.301	1.011	Prêmios a restituir		1	-
Outros créditos operacionais		43	167	Operações com resseguradoras		545	607
Ativos de resseguro e retrocessão		518	668	Corretores de seguros e resseguros		3.858	2.875
Títulos e créditos a receber		76.441	73.780	Outros débitos operacionais		1.080	1.139
Títulos e créditos a receber	7	28.893	28.805	Débitos de operações com previdência complementar	17	38	88
Créditos tributários e previdenciários	7.1	2.348	2.535	Débitos de resseguros		38	88
Assistência financeira a participantes	7.4	44.964	41.807	Depósitos de terceiros	18	21.658	22.992
Outros créditos	7.7	236	633	Provisões técnicas – seguros	19.1	44.871	47.487
Empréstimos e depósitos compulsórios		-	51	Pessoas		44.756	47.482
Despesas antecipadas		2.738	2.882	Vida individual		115	5
Custos de aquisição diferidos	8	1.814	2.976	Provisões técnicas – previdência complementar	19.2	84.877	66.431
Seguros		1.814	2.976	Planos bloqueados		24.758	23.652
ATIVO NÃO CIRCULANTE		1.227.615	1.240.422	Planos não bloqueados		60.119	42.779
Realizável a longo prazo		1.136.653	1.158.659	Outros débitos	20	3.137	3.164
Aplicações	4	744.622	800.219	Provisões judiciais	20.1	2.359	2.494
Títulos e créditos a receber		390.737	356.560	Passivo de arrendamento	9.2	778	670
Créditos tributários e previdenciários	7.1	78.846	50.761	PASSIVO NÃO CIRCULANTE		814.556	882.183
Depósitos judiciais e fiscais	7.6	159.117	154.068	Provisões técnicas – previdência complementar	19.2	675.825	728.138
Assistência financeira a participantes	7.4	152.774	151.731	Planos bloqueados		617.698	675.405
Outros valores e bens		853	904	Planos não bloqueados		58.127	52.733
Ativos de direito de uso	9.1	853	904	Outros débitos		138.673	153.850
Empréstimos e depósitos compulsórios		-	19	Provisões judiciais	20.1	138.673	153.850
Despesas antecipadas		441	957	Débitos diversos		58	195
Investimentos	10	84.205	75.910	Passivo de arrendamento	9.2	58	195
Participações societárias		83.955	75.693	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	21	515.570	505.431
Imóveis destinados a renda		250	217	Capital social	21.1	270.797	270.797
Imobilizado	11	2.691	2.604	Reservas de lucros	21.2	288.426	234.639
Imóveis de uso próprio		694	711	Ajuste de avaliação patrimonial	21.3	(43.653)	(5)
Bens móveis		667	1.127	TOTAL DO PASSIVO		1.551.307	1.586.771
Outras imobilizações		1.330	766				
Intangível	12	4.066	3.249				
Outros intangíveis		4.066	3.249				
TOTAL DO ATIVO		1.551.307	1.586.771				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



JORNAL DIÁRIO
COMERCIAL
LTDA:33270067000103

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link <https://diariocomercial.com.br/publicidade-legal/>





CAPEMISA Seguradora de Vida e Previdência S/A
CNPJ: 08.602.745/0001-32

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Em milhares de Reais, exceto o resultado por ação)

Notas	2024	2023
Premios emitidos	162.029	153.651
(+) Contribuições para cobertura de riscos	269.346	274.223
(+/-) Variações das provisões técnicas de prêmios	47.075	39.767
(=) Prêmios ganhos	478.450	467.641
(-) Sinistros ocorridos	(116.734)	(105.474)
(-) Custos de aquisição	(45.476)	(41.175)
(+) Outras receitas e despesas operacionais	(42.727)	(41.147)
(+) Resultado com operações de resseguro	(949)	(604)
(+) Receita com resseguro	6	130
(-) Despesa com resseguro	(955)	(734)
(+) Rendas de contribuições e prêmios	(3)	(3)
(=) Receitas de contribuições e prêmios de VGBL	(3)	(3)
(+/-) Variação de outras provisões técnicas	19	(83.822)
(-) Custos de aquisição	(2.123)	(2.260)
(+) Outras receitas e despesas operacionais	(7.034)	(8.613)
(-) Despesas administrativas	(140.842)	(137.307)
(-) Despesas com tributos	(17.631)	(16.529)
(+) Resultado financeiro	79.807	79.078
(+) Receitas financeiras	150.377	152.847
(-) Despesas financeiras	(70.570)	(73.769)
(+) Resultado patrimonial	13.617	15.152
(=) Resultado operacional	129.288	124.937
(+) Ganhos ou perdas com ativos não correntes	24.i	10.245
(=) Resultado antes dos impostos e participações	129.336	135.182
(-) Imposto de renda	25	(23.169)
(-) Contribuição social	25	(13.342)
(-) Participações sobre o lucro		(8.286)
(=) Resultado líquido do exercício	87.085	89.644
(/) Quantidade de ações	638.362.669	638.362.669
(=) Resultado líquido do exercício por ação (em reais)	0,14	0,14

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de Reais)

Notas	2024	2023
	87.085	89.644
Resultado líquido do exercício		
Outros resultados abrangentes (ORA)		
Itens que serão reclassificados para o resultado:		
Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes	(64.822)	(13)
Ativos financeiros mensurados a VJORA	4 (108.037)	(23)
Imposto de renda e contribuição social sobre outros resultados abrangentes	43.215	10
Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes - controladas	(961)	10
Ativos financeiros mensurados a VJORA	(1.602)	18
Imposto de renda e contribuição social sobre outros resultados abrangentes	641	(8)
Outros resultados abrangentes	22.135	-
Estrutura a termo da taxa de juros (ETTJ)	19.2 (b)	36.892
Imposto de renda e contribuição social sobre outros resultados abrangentes	(14.757)	-
Outros resultados abrangentes, líquidos de imposto de renda e contribuição social	(43.648)	(3)
Resultado abrangente total	43.437	89.641

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de Reais)

	2024	2023
Atividades operacionais		
Resultado líquido do exercício	87.085	89.644
Ajustes para:		
Depreciação e amortizações	1.709	1.465
Depreciação de direito de uso	1.450	1.449
Constituição (Reversão) da redução ao valor recuperável dos ativos	(3.942)	3.169
Resultado de equivalência patrimonial	(13.586)	(15.165)
Outros ajustes	(47)	133
Variação nas contas patrimoniais:		
Ativos financeiros	(30.150)	(15.266)
Créditos das operações de seguros e resseguros	(607)	1.110
Créditos das operações de previdência complementar	(290)	14
Ativos de resseguro	150	(245)
Créditos fiscais e previdenciários	187	(1.769)
Ativo fiscal diferido	373	6.667
Depósitos judiciais e fiscais	(5.049)	(6.163)
Despesas antecipadas	660	(191)
Custos de aquisição diferidos	1.162	(1.726)
Assistência financeira a participantes	(7.122)	(13.971)
Outros ativos	10.410	7.857
Impostos e contribuições	33.972	26.568
Contas a pagar	(8.124)	(1.339)
Débitos de operações com seguros e resseguros	980	1.159
Débitos de operações com previdência complementar	(50)	(21)
Depósitos de terceiros	(1.334)	(3.437)
Provisões técnicas - seguros e resseguros	(2.616)	812
Provisões técnicas - previdência complementar	1.284	(13.019)
Provisões judiciais	(14.184)	10.124
Outros passivos	375	(3.441)
Caixa gerado pelas operações	52.696	74.418
Imposto sobre o lucro pagos	(32.662)	(30.875)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	20.034	43.543
Atividades de investimento		
Recebimento pela venda:		
Imobilizado	665	671
Pagamento pela compra:		
Imobilizado	(595)	(1.294)
Intangível	(2.000)	(477)
Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Investimentos	(1.930)	(1.100)
Atividades de financiamento		
Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio	(18.396)	(39.013)
Pagamento de passivo de arrendamento	(1.602)	(1.379)
Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Financiamento	(19.998)	(40.392)
Aumento (Redução) Líquido de Caixa e Equivalente de Caixa	(1.894)	2.051
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3.118	1.067
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.224	3.118

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de Reais)

Discriminação	Notas	Reservas de Lucros				Total
		Capital Social	Reserva Legal	Reserva Estatutária	Ajuste de Avaliação Patrimonial	
Saldos em 31 de dezembro de 2022		270.797	14.069	160.899	(2)	445.763
Títulos e valores mobiliários	21.3	-	-	-	(14)	(14)
Títulos e valores mobiliários - controladas	21.3	-	-	-	11	11
Resultado líquido do exercício		-	-	-	89.644	89.644
Proposta p/ distribuição do resultado						
Reserva legal	21.2	-	4.482	-	-	(4.482)
Reserva estatutária	21.2	-	-	55.189	-	(55.189)
Dividendos	21.4	-	-	-	(476)	(476)
Juros sobre o capital próprio	21.4	-	-	-	(29.497)	(29.497)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		270.797	18.551	216.088	(5)	505.431
Ajustes na aplicação inicial da Circular SUSEP nº 678/2022, líquido de impostos	2.4	-	-	-	1.065	(600)
Saldos em 1º de janeiro de 2024		270.797	18.551	216.088	1.060	505.896
Títulos e valores mobiliários	21.3	-	-	-	(65.887)	(65.887)
Títulos e valores mobiliários - controladas	21.3	-	-	-	(961)	(961)
Estrutura a termo da taxa de juros (ETTJ)	21.3	-	-	-	22.135	22.135
Resultado líquido do exercício		-	-	-	87.085	87.085
Proposta p/ distribuição do resultado						
Reserva legal	21.2	-	4.324	-	-	(4.324)
Reserva estatutária	21.2	-	-	49.463	-	(49.463)
Juros sobre o capital próprio	21.4	-	-	-	(32.698)	(32.698)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		270.797	22.875	265.551	(43.653)	515.570

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional
A Capemisa Seguradora de Vida e Previdência S/A ("Seguradora") é uma sociedade anônima fechada e tem por objeto operar Planos de Previdência Complementar e Seguros de Vida em todo território nacional, podendo, ainda, participar em outras sociedades. A Seguradora é controlada direta da Capemisa Holding S/A, que detém 100,00% das suas ações ordinárias. Abaixo demonstramos a composição acionária na posição de 31 de dezembro de 2024.



1.1. Segmentação
A Resolução CNSP nº 388/2020 e suas alterações, estabelece a segmentação das sociedades seguradoras, sociedades de capitalização, resseguradores locais e entidades abertas de previdência complementar (EAPCs) para fins de aplicação proporcional da regulação prudencial. As supervisionadas são classificadas em quatro segmentos (S1, S2, S3 e S4), com base em critérios como prêmios anuais, provisões técnicas e perfil de risco. Em outubro de 2024 a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) divulgou o enquadramento definitivo para fins de segmentação, mantendo a Seguradora no Segmento 3 (S3). A Administração da Seguradora optou pela dispensa do Comitê de Auditoria.

2. Apresentação das demonstrações financeiras
2.1. Base de preparação e divulgação: As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, conjugadas com as normas emitidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, recepcionados pela SUSEP no que não contrariem a Circular SUSEP nº 648/2021 e suas alterações. Na elaboração das demonstrações financeiras foi realizado o critério de comparabilidade estabelecido no pronunciamento CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis. As demonstrações financeiras estão apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos na Circular SUSEP nº 648/2021 e suas alterações. A Administração da Seguradora declara que não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram elaboradas com base no pressuposto de continuidade operacional. **2.2. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens reconhecidos no balanço patrimonial: • Os instrumentos financeiros designados pelo valor justo por meio do resultado; • Os instrumentos financeiros designados pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes e as; • Provisões técnicas, mensuradas de acordo com as determinações da SUSEP. **2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** A moeda funcional da Seguradora é o Real e todos os saldos, exceto quando indicado de outra forma, estão apresentados em milhares de reais e foram arredondados para o milhar mais próximo. **2.4. Mudanças nas políticas contábeis:** A Circular SUSEP nº 678/2022 passou a vigorar a partir de 2 de janeiro de 2023 para o artigo 2º e os demais artigos entraram em vigor em 2 de janeiro de 2024. Abaixo apresentamos os efeitos sobre os itens do balanço patrimonial:

Itens do balanço patrimonial	Notas	Ajuste pela adoção inicial da Circular		Saldo em 01.01.2024
		31.12.2023	SUSEP nº 678/22	
Ativo		1.586.771	2.169	1.588.940
Circulante		346.349	(591)	345.758
Aplicações	a	253.701	(416)	253.285
Títulos e créditos a receber		73.780	16	73.796
Outros créditos	a	633	16	649
Outros créditos operacionais	a	167	(140)	27
Empréstimos e depósitos compulsórios	a	51	(51)	-
Ativo Não Circulante		1.240.422	2.760	1.243.182
Realizável a longo prazo		1.158.659	2.171	1.160.830
Aplicações	a	800.219	2.190	802.409
Empréstimos e depósitos compulsórios	a	19	(19)	-
Investimentos		75.910	589	76.499
Participações societárias		75.693	589	76.282

Itens do balanço patrimonial	Notas	Ajuste pela adoção inicial da Circular		Saldo em 01.01.2024
		31.12.2023	SUSEP nº 678/22	
Passivo		1.586.771	2.169	1.588.940
Circulante		199.157	(745)	198.412
Contas a pagar		54.374	(745)	53.629
Impostos e contribuições		3.559	(745)	2.814
Passivo Não Circulante		882.183	2.449	884.632
Contas a pagar		-	709	709
Tributos diferidos		-	709	709
Provisões técnicas - previdência complementar		728.138	1.740	729.878
Planos bloqueados	c	675.405	1.740	677.145
Patrimônio Líquido		505.431	465	505.896
Ajuste de avaliação patrimonial	(5)	1.065	1.060	(600)
Lucros acumulados		-	(600)	(600)

(a) Aprovação do CPC 48 (Instrumentos Financeiros) - O pronunciamento estabelece, entre outros, novos requerimentos para: classificação e mensuração de ativos financeiros, mensuração e reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros, modificações nos termos de ativos e passivos financeiros, contabilidade de hedge e divulgação. Esta norma substituiu o CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A seguir apresentamos sobre pontos relevantes sobre a norma e seus impactos na Seguradora: **Classificação e mensuração** - A Seguradora seguindo o modelo de negócio e consideração das características dos fluxos de caixa para o grupo de ativos conforme o CPC 48 classificou seus títulos públicos NTN-Bs e seus papéis privados de letras financeiras vinculados ao IPCA de custo amortizado para valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A classificação dos demais papéis que se encontram mensurados como custo amortizado foi mantida, pois segue a estratégia de ser mantido somente para recebimento de fluxos contratuais. A seguir apresentamos as reclassificações realizadas:

Aplicações	Notas	Ajuste pela adoção inicial da Circular		Saldo em 01.01.2024
		31.12.2023	SUSEP nº 678/22	
Circulante		253.701	(416)	253.285
Valor justo por meio do resultado		120.156	-	120.156
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes		23.612	85.580	109.192
Ajuste ao valor de mercado - VJORA		-	(416)	(416)
Custo amortizado		109.933	(85.580)	24.353
Ativo Não Circulante		800.219	2.190	802.409
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes		-	788.081	788.081
Ajuste ao valor de mercado - VJORA		-	2.190	2.190
Custo amortizado		800.219	(788.081)	12.138

Os ativos de assistência financeira bem como contas a receber foram mantidos para recolher os fluxos de caixa contratuais e dar origem a fluxos de caixa que representem exclusivamente pagamentos de principal e juros. **Redução ao valor recuperável ("impairment")** - O CPC 48 trouxe como regra geral que a cada data de balanço, a Seguradora deve avaliar se o risco de crédito de cada ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial. A metodologia de apuração de redução ao valor recuperável para assistência financeira e valores a receber de órgãos consignantes é realizada considerando a base no histórico de perdas para todas as faixas do "aging list", ou seja, perdas esperadas. Para esses grupos a Administração entendeu estar aderente ao modelo atual conforme os requerimentos do CPC 48. Para os demais grupos de ativos financeiros foram desenvolvidas metodologias para mensuração pelo modelo de perdas esperadas e não foram identificados impactos relevantes na aplicação inicial em 1º de janeiro de 2024. **Contabilidade de hedge** - a Seguradora não realiza operações de hedge. A Seguradora aplicou o CPC 48 pela primeira vez em 1º de janeiro de 2024. Desta forma, utilizou a isenção para a reapresentação de períodos anteriores em relação aos requerimentos referentes a: classificação e mensuração de ativos financeiros incluindo a perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros. Nestes casos, as diferenças nos valores contábeis de ativos financeiros resultantes da adoção deste normativo em 1º de janeiro de 2024 foram reconhecidas em lucros acumulados no patrimônio líquido. **(b) Redução ao valor recuperável de prêmios a receber e resseguros** - a Circular SUSEP nº 678/22 regulamentou a redução ao valor recuperável específica de prêmios a receber e ativo de resseguros. No que se refere a metodologia dos prêmios a receber os critérios ocorrem preferencialmente, a partir da perda histórica de agrupamento de prêmios a receber, exclusivamente para riscos decorridos; ou a partir da análise do risco de inadimplência do crédito, nas situações em que esta opção seja mais aderente à operação da supervisão. A redução ao valor recuperável dos ativos de resseguros deve ser calculada a partir do risco de inadimplência de cada ressegurador, considerando, no mínimo o histórico de perdas com o ressegurador; e, eventuais divergências ou litígios referentes à cobertura do contrato de resseguro que possam resultar em valores a receber pela cedente inferiores ao inicialmente contabilizado. A Seguradora elaborou o estudo de redução ao valor recuperável de prêmios a receber e de ativos de resseguros e não identificou impactos relevantes na adoção inicial em 1º de janeiro de 2024. **(c) Alterações na apuração do resultado do Teste de Adequação de Passivos (TAP)** - A Circular SUSEP nº 678/22 teve como objetivo aumentar o grau de representação fidedigna, principalmente do passivo das supervisionadas, fazendo com que a Provisão Complementar de Cobertura passasse a apresentar a melhor estimativa de saída de recursos eliminando a dedução da mais valia dos ativos no resultado do TAP. **2.5. Conclusão das Demonstrações Financeiras:** As demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pela Administração em 17 de

fevereiro de 2025. **2.6. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no resultado prospectivamente. As notas explicativas listadas abaixo consideram as seguintes estimativas e premissas: (i) As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; (ii) As informações sobre as incertezas das premissas e estimativas que possam um risco significativo de resultar em um ajuste material no próximo exercício contábil. • Estimativa do valor justo (nota explicativa nº 2.7); • Gestão de riscos (nota explicativa nº 2.8); • Instrumentos financeiros (nota explicativa nº 3.1 e 4); • Provisões técnicas (nota explicativa nº 3.11 e 19); • Classificação dos contratos de seguro (nota explicativa nº 3.16); • Créditos tributários e previdenciários (nota explicativa nº 7.1); e, • Outros débitos (provisões fiscais, cíveis e trabalhistas) (nota explicativa nº 20.1b). **2.7. Estimativa do valor justo:** Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo, a Administração usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível.

continuação



CAPEMISA Seguradora de Vida e Previdência S/A
CNPJ: 08.602.745/0001-32

	2024	2023
Inflação (IPCA/IGPM)	87,58%	85,57%
Pós-fixados (SELIC/CDI)	5,68%	7,65%
Prefixados	-	0,23%
Outros	6,74%	6,55%

• **Derivativos:** A Seguradora não apresentou posicionamento direto em derivativos no exercício de 2024. A única exposição a derivativos se deve a fundos de investimentos abertos que utilizaram na função de *hedge* de carteira. A Seguradora realiza internamente acompanhamento dos ativos dos fundos de que é cotista e todos os fundos respeitam as regulações vigentes (Resolução CMN nº 4.993/2022 e Resolução CNSP nº 432/2021 e suas alterações). Observamos que os regulamentos desses fundos, além de determinarem que os derivativos somente podem ser utilizados na finalidade de *hedge* das carteiras, estabelecem que não podem realizar alavancagem de sua posição ou de seu patrimônio líquido. **Risco de crédito:** Consiste na possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação. Com o objetivo de minimizar o risco de crédito, a maior parte dos ativos garantidores está alocada em títulos públicos federais e o restante dos recursos alocados em ativos de créditos privados criteriosamente selecionados e que são monitorados diariamente pela Gerência Financeira e acompanhado pelo Comitê de Investimentos. Em relação às emissões de empresas financeiras e não financeiras é adotada uma metodologia baseada na análise de aspectos quantitativos e qualitativos. Um dos itens que integra as análises é o *rating* atribuído por agências especializadas. O volume das aplicações em créditos privados detidos diretamente e através de fundos exclusivos estava assim distribuído na data base, de acordo com a classificação das agências de *rating*: *Fitch*, *Moody's* e *Standard&Poor's*:

	2024					
	Rating	Debêntures	CDB/RDB	LF	CRI	TOTAL
AAA	6.024	-	120.906	-	-	126.930
AA+	3.371	28.870	16.818	-	-	49.059
AA	2.334	-	-	-	-	2.334
AA-	1.047	-	-	-	-	1.047
A+	-	-	-	-	-	-
A	333	-	9.269	-	-	9.602
A-	822	-	-	-	-	822
CCC-	1.037	-	-	-	-	1.037
C	-	-	-	394	-	394
Total	14.968	28.870	146.993	394	394	191.225

	2024					TOTAL
	Sem Vencimento	Vencidos De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	A Vencer De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	
Caixa e Bancos	1.224	-	-	-	-	1.224
Aplicações	147.073	-	-	81.532	233.428	976.034
Créditos das Operações	-	1.601	-	8.773	-	10.374
Outros Créditos Operacionais	-	261	-	20	-	281
Títulos e Créditos a Receber	159.140	2.408	3.588	11.770	117.936	581.088
Empréstimos e Depósitos Compulsórios	5	24	23	6	22	98
Total Ativos	307.442	4.294	3.611	117.776	208.283	495.377
Contas a pagar	167	2.485	3	6	58.455	61.116
Débitos das operações	-	899	1.020	366	3.430	5.715
Depósitos de terceiros	-	20.287	537	834	-	21.658
Provisões Técnicas	-	-	-	204.485	307.044	805.573
Outros Débitos	139.801	-	-	2.009	58	141.868
Total Passivos	139.968	23.671	1.560	1.206	268.379	307.102

	2023					TOTAL
	Sem Vencimento	Vencidos De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	A Vencer De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	
Caixa e Bancos	3.118	-	-	-	-	3.118
Aplicações	115.705	-	-	112.473	267.454	1.053.920
Créditos das Operações	-	1.712	-	7.765	-	9.477
Outros Créditos Operacionais	-	259	-	1	-	36.455
Títulos e Créditos a Receber	154.147	2.008	3.506	11.724	194.440	542.552
Empréstimos e Depósitos Compulsórios	5	24	26	3	14	94
Total Ativos	272.975	4.003	3.532	47.922	280.928	461.908
Contas a pagar	564	3	6	53.801	-	54.374
Débitos das operações	-	1.000	246	332	3.245	4.823
Depósitos de terceiros	-	22.368	597	27	-	22.992
Provisões Técnicas	-	-	-	176.130	287.283	842.056
Outros Débitos	155.176	-	-	1.838	195	157.209
Total Passivos	155.740	23.368	846	365	235.014	287.478

Gestão dos riscos operacionais: Consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos, incluindo o risco legal. A gestão dos riscos operacionais está integrada ao processo de gerir riscos corporativos da Seguradora, onde todos os processos fazem parte do escopo da avaliação de riscos realizada pela 1ª linha e são analisados com foco na identificação, avaliação e tratamento dos riscos que possam impactar o alcance dos objetivos dos processos. Para os riscos de não conformidade com as leis e/ou regulamentos, a Gerência de Riscos e Conformidade da Seguradora realiza o acompanhamento sistemático das atividades desenvolvidas, o monitoramento e testes de aderência às normas externas e internas com base nos processos organizacionais. O processo de gestão de riscos operacionais conta também com a constituição de um Banco de Dados de Perdas Operacionais - BDPO, onde são registrados os eventos de perdas operacionais ocorridos na Seguradora, cujo o monitoramento e gerenciamento é executado de forma corporativa, utilizando um processo formal para identificar os riscos e as oportunidades, estimar o impacto potencial desses eventos e fornecendo métodos para tratamento dos mesmos, a fim de evitar a ocorrência de novos eventos similares. A Seguradora atua na gestão de seus riscos operacionais de forma conservadora, segregando as funções de gestão de riscos e de negócios. Para tal, adota as melhores práticas, entre elas a revisão das políticas, a criação de indicadores e a emissão de recomendações aos gestores, com o objetivo de prevenir, corrigir e inibir fragilidades, respeitando as normas e diretrizes de supervisão e de regulação. **Gestão dos riscos de subscrição:** O processo de gestão dos riscos de subscrição é monitorado pela Seguradora através da adequada aplicabilidade das diretrizes da Política de Subscrição e das autoridades reguladoras, visando manter o equilíbrio do negócio e evitando a absorção de riscos indesejáveis. Além disso, a Seguradora possui um Comitê de Subscrição com o objetivo de assessorar a Diretoria, de forma consultiva e proativa, no desenvolvimento de estudos e soluções para questões técnicas e estratégicas relacionadas à subscrição de riscos, em conformidade com as normas regulamentares aplicáveis e as diretrizes das políticas da Seguradora, em especial a Política de Subscrição. A Seguradora vem operando com os ramos de seguros cujos prêmios ganhos e os índices das suas principais despesas são discriminados a seguir:

Grupos	Ramos	2024			2023		
		Prêmios Ganhos	Sinistros	Comissões	Prêmios Ganhos	Sinistros	Comissões
09	82 Acidentes Pessoais - Coletivo	54.106	17%	21%	52.373	7%	20%
09	93 Vida - Coletivo	37825	35%	20%	37711	36%	22%
09	29 Seguro Funeral - Coletivo	21.792	53%	19%	19.021	52%	21%
16	01 Microseguros de Pessoas	18.258	-	60%	16.901	-	60%
13	81 Acidentes Pessoais - Individual	14.445	14%	40%	7.134	(5%)	42%
09	84 Doença Grave ou Terminal - Coletivo	9.428	18%	15%	8.593	25%	18%
09	77 Prestamista	8.026	1%	1%	6.732	1%	1%
09	90 Eventos Aleatórios - Coletivo	572	18%	21%	554	58%	23%
13	91 Vida - Individual	373	-	39%	6	-	60%
09	87 Desemprego/Perda de Renda	138	20%	47%	145	-	48%
13	90 Eventos Aleatórios - Individual	13	-	61%	-	-	-
13	84 Doença Grave ou Terminal - Individual	10	-	59%	-	-	-
13	29 Seguro Funeral - Individual	6	-	61%	-	-	-

O quadro abaixo exibe a concentração do risco, por região, no ramo de seguro e previdência complementar:

Grupos	Ramos	Prêmios emitidos - Seguros					
		Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Total
09	82 Acidentes Pessoais - Coletivo	3.334	2.931	1.073	44.104	2.666	54.108
09	93 Vida - Coletivo	4.082	4.131	2.032	25.549	2.063	37.857
09	29 Seguro Funeral - Coletivo	746	762	335	19.431	537	21.811
16	01 Microseguros de Pessoas	-	-	-	18.309	-	18.309
13	81 Acidentes Pessoais - Individual	8.303	762	171	1.831	215	11.282
09	84 Doença Grave ou Terminal - Coletivo	69	36	60	9.224	44	9.433
09	77 Prestamista	-	-	-	8.026	-	8.026
09	90 Eventos Aleatórios - Individual	121	99	35	296	23	574
13	91 Vida - Individual	39	157	16	193	36	441
09	87 Desemprego/Perda de Renda	-	-	-	138	-	138
13	90 Eventos Aleatórios - Individual	4	5	-	12	4	25
13	84 Doença Grave ou Terminal - Individual	2	7	-	6	-	15
13	29 Seguro Funeral - Individual	-	2	1	6	1	10
		16.700	8.892	3.723	127.125	5.589	162.029

Rating	Debêntures	CDB/RDB	2023		TOTAL
			LF	CRI	
AAA	8.053	-	117.310	-	125.363
AA+	4.152	23.612	24.355	-	52.119
AA	1.446	-	668	-	2.114
AA-	2.616	-	-	-	2.616
A+	1.181	-	-	-	1.181
A	-	-	-	-	-
A-	-	2.079	4.803	-	6.882
CCC-	1.127	-	-	-	1.127
C	-	-	-	444	444
Total	18.575	25.691	147.136	444	191.846

A Seguradora possui sua estrutura de avaliação de risco da operação de assistência financeira, considerando todas as características do crédito consignado, que tem como propriedade o recebimento via desconto em folha de pagamento. Como forma de reduzir a exposição de risco de crédito, a Seguradora adota algumas ações: a diversificação da carteira, a seleção de clientes e órgãos consignantes para atuação, estabelecimento de limites e prazos específicos para cada segmento. As alçadas de concessão de crédito são definidas no Manual de Organização e correspondem a cada nível decisório. A estrutura de gerenciamento de risco de crédito de assistência financeira é compatível com a natureza da operação, complexidade do produto e nível de exposição ao risco de crédito sendo composta pelas etapas de: decisão, formalização, monitoramento e cobrança, que possibilitam o acompanhamento contínuo da qualidade da carteira de crédito. **Risco de liquidez:** Consiste na possibilidade da ocorrência de perdas decorrentes da inexistência de recursos financeiros suficientes para o cumprimento, nas datas previstas, dos compromissos assumidos, ou seja, consiste na possibilidade de uma empresa não ser capaz de honrar seus compromissos financeiros. O processo de gestão do risco de liquidez é monitorado pela Gerência Financeira através da adequada aplicabilidade das diretrizes da Política de Liquidez, que estabelece as regras e diretrizes para manter o cumprimento das obrigações financeiras de curto prazo e o equilíbrio do negócio, evitando a absorção de riscos indesejáveis. Como forma de mitigar esse risco, a Capemisa mantém a carteira de liquidez alocada em títulos de renda fixa ou fundos de investimentos abertos e monitora a solvência e previsões contínuas das exigências de caixa com o objetivo de garantir liquidez diária e suprir as necessidades da Seguradora. O controle da posição de liquidez ocorre diariamente por meio do monitoramento do fluxo de caixa. A aplicação dos recursos garantidores de reservas técnicas e das provisões estão de acordo com a regulação vigente, observando os critérios do ALM (*Asset Liability Management*), com vencimentos e liquidez capazes de fornecer margem para alcançar os objetivos da Seguradora. A tabela a seguir apresenta o risco de liquidez que a Seguradora está exposta:

	2024					TOTAL
	Sem Vencimento	Vencidos De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	A Vencer De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	
Caixa e Bancos	1.224	-	-	-	-	1.224
Aplicações	147.073	-	-	81.532	233.428	976.034
Créditos das Operações	-	1.601	-	8.773	-	10.374
Outros Créditos Operacionais	-	261	-	20	-	281
Títulos e Créditos a Receber	159.140	2.408	3.588	11.770	117.936	581.088
Empréstimos e Depósitos Compulsórios	5	24	23	6	22	98
Total Ativos	307.442	4.294	3.611	117.776	208.283	495.377
Contas a pagar	167	2.485	3	6	58.455	61.116
Débitos das operações	-	899	1.020	366	3.430	5.715
Depósitos de terceiros	-	20.287	537	834	-	21.658
Provisões Técnicas	-	-	-	204.485	307.044	805.573
Outros Débitos	139.801	-	-	2.009	58	141.868
Total Passivos	139.968	23.671	1.560	1.206	268.379	307.102

	2023					TOTAL
	Sem Vencimento	Vencidos De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	A Vencer De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	
Caixa e Bancos	3.118	-	-	-	-	3.118
Aplicações	115.705	-	-	112.473	267.454	1.053.920
Créditos das Operações	-	1.712	-	7.765	-	9.477
Outros Créditos Operacionais	-	259	-	1	-	36.455
Títulos e Créditos a Receber	154.147	2.008	3.506	11.724	194.440	542.552
Empréstimos e Depósitos Compulsórios	5	24	26	3	14	94
Total Ativos	272.975	4.003	3.532	47.922	280.928	461.908
Contas a pagar	564	3	6	53.801	-	54.374
Débitos das operações	-	1.000	246	332	3.245	4.823
Depósitos de terceiros	-	22.368	597	27	-	22.992
Provisões Técnicas	-	-	-	176.130	287.283	842.056
Outros Débitos	155.176	-	-	1.838	195	157.209
Total Passivos	155.740	23.368	846	365	235.014	287.478

Em 2023:

Grupos	Ramos	Prêmios emitidos - Seguros					
		Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Total
09	82 Acidentes Pessoais - Coletivo	3.173	2.364	945	43.881	2.087	52.450
09	93 Vida - Coletivo	3.859	4.283	1.953	25.822	1.816	37.733
09	29 Seguro Funeral - Coletivo	721	700	315	16.746	556	19.038
16	01 Microseguros de Pessoas	-	-	-	16.945	-	16.945
13	81 Acidentes Pessoais - Individual	8.905	556	135	1.726	128	11.450
09	84 Doença Grave ou Terminal - Individual	47	54	47	8.414	32	8.594
09	77 Prestamista	-	-	-	6.732	-	6.732
09	90 Eventos Aleatórios - Individual	112	70	56	292	26	556
09	87 Desemprego/Perda de Renda	-	-	-	145	-	145
13	91 Vida - Individual	-	3	-	3	2	8
		16.817	8.030	3.451	120.706	4.647	153.651

Em 2024:

Grupos	Ramos	Contribuições para cobertura de riscos - Previdência Complementar					
		Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Total
	Bloqueados	375	1.237	178	2.532	715	5.037



CAPEMISA Seguradora de Vida e Previdência S/A
CNPJ: 08.602.745/0001-32

de plano de previdência complementar aberta, conforme previsto na Circular SUSEP nº 600/2020. Os rendimentos pré-fixados de competência de exercícios futuros são demonstrados em conjunto com o valor principal das operações de crédito e apresentados como redução dos ativos correspondentes. **3.5. Custos de aquisição diferidos:** Compõem os custos de aquisição diferidos, os montantes referentes a gastos em que é possível estabelecer uma relação direta e incremental com uma apólice específica. As comissões, agenciamentos e outros custos relativos à comercialização de apólices e bilhetes de seguros, são apropriados ao resultado como despesa, na mesma proporção em que são reconhecidas as receitas de acordo com a vigência do risco relacionadas às respectivas apólices e bilhetes. **3.6. Arrendamentos:** Na data de início do contrato de arrendamento é reconhecido o direito de uso e o passivo de arrendamento. A Seguradora mensura o passivo de arrendamento pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento, onde é utilizada a taxa incremental, já que não possui taxa de juros implícita em seus contratos. A taxa incremental estimada é em função das taxas de captação de financiamentos de longo prazo, ajustada para refletir as características do arrendamento, como o risco do ambiente econômico do país, moeda, prazo e a data de início do contrato. Se ocorrer alguma alteração do fluxo de caixa esperado no contrato, o passivo é novamente mensurado. A Seguradora amortiza o ativo de direito de uso pelo método linear, pelo prazo remanescente do arrendamento. **3.7. Investimentos:** As participações societárias estão avaliadas pelo método da equivalência patrimonial. Os resultados de equivalência patrimonial são apresentados nas demonstrações dos resultados sob a rubrica "Resultado patrimonial". Os imóveis destinados à renda estão avaliados pelo método de custo e deduzidos da depreciação acumulada, e quando houver, de provisão para desvalorização. **3.8. Imobilizado:** Compreendem terrenos, edificações, equipamentos, móveis e utensílios, máquinas e veículos utilizados na condução dos negócios da Seguradora. O imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*). Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Seguradora. A depreciação é calculada com base no método linear ao longo das vidas úteis estimadas dos ativos. As taxas de depreciação utilizadas estão divulgadas na nota explicativa nº 11. **3.9. Intangível:** Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente considerando o prazo de vida útil estimada. Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado. As taxas de amortização utilizadas estão divulgadas na nota explicativa nº 12. As despesas de desenvolvimento de *software* são reconhecidas como ativo e incluem os custos diretamente atribuíveis ao desenvolvimento, deduzido da amortização acumulada e eventuais perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*). A amortização é iniciada a partir do momento em que o *software* desenvolvido estiver disponível para uso, ou seja, quando se encontrar nas condições necessárias para que possa funcionar da maneira pretendida pela Administração. **3.10. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do período. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, pois exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. O imposto de renda corrente é calculado com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável que exceder R\$ 240 mil (no período). A contribuição social corrente é calculada com base na

alíquota de 15% sobre o lucro tributável. Os tributos diferidos representam o impacto tributário futuro resultante das diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor fiscal de ativos e passivos. Os tributos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto os tributos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que essas diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Esses tributos são mensurados com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período. Atualmente, as alíquotas vigentes são 25% para o imposto de renda e 15% para a contribuição social. O reconhecimento desses tributos é feito com base nas expectativas da Administração sobre a realização dos resultados fiscais tributáveis futuros e sobre as diferenças temporárias, cujas expectativas estão baseadas em projeções elaboradas e aprovadas para períodos de até dez anos. Os tributos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. Para efeito de apresentação nas Demonstrações, os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos são compensados, se aplicável, quando há o direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos e estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária. **3.11. Provisões técnicas:** As provisões técnicas de seguros de pessoas e previdência complementar aberta são constituídas de acordo com as determinações da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, cuja metodologia de cálculo é descrita em nota técnica atuarial (NTA) do plano aprovado ou elaborada especificamente para a provisão, com base nos critérios estabelecidos pela legislação vigente (Circular SUSEP nº 648/2021 e suas alterações). As provisões cujos vencimentos ultrapassarem o prazo de 12 (doze) meses subsequentes às respectivas datas-bases, foram classificadas no passivo não circulante. **3.11.1. Reconhecimento dos efeitos inflacionários:** Durante o exercício, as provisões técnicas foram atualizadas com base nas variações do IPC-M da Fundação Getúlio Vargas ou do IPC-A do IBGE, de acordo com o indexador aprovado nos produtos. **3.11.2. Provisão matemática de benefícios a conceder (PMBAC):** A provisão matemática de benefícios a conceder, relacionada aos planos na modalidade de benefício definido em regime financeiro de capitalização, representa a diferença entre o valor presente dos benefícios futuros e o valor presente das contribuições futuras, correspondentes às obrigações assumidas sob a forma de planos de renda, de pensão e pecúlio, respeitando as tábuas biométricas, taxas de juros e as características do benefício. **3.11.3. Provisão matemática de benefícios concedidos (PMBG):** A provisão matemática de benefícios concedidos representa o valor presente dos benefícios futuros correspondentes às obrigações assumidas sob a forma de renda, respeitando as tábuas biométricas, taxas de juros e as características do benefício. **3.11.4. Provisão de sinistros a liquidar (PSL):** A provisão de sinistros a liquidar, contabilizada no passivo circulante, corresponde ao valor total dos sinistros e pecúlios ainda não pagos, atualizados monetariamente, líquidos de cosseguros cedidos, brutos de resseguros a recuperar e cosseguros aceitos, com base nos avisos de sinistros cadastrados até a data-base das demonstrações financeiras. A baixa das reservas técnicas ocorre pelo efetivo recebimento da indenização pelo segurado ou beneficiário. Com relação à PSL Judicial, outros fatores são utilizados para sua estimativa. Os processos judiciais em que a Seguradora é ré são classificados entre os prognósticos de perda: provável, possível e remoto. A análise destes prognósticos é realizada pelos escritórios de advocacia externos juntamente com o departamento jurídico da Seguradora, e considera o risco efetivo de cada perda no momento da análise. Estes prognósticos podem ser alterados no decorrer do tempo, de acordo com qualquer alteração existente nos processos judiciais. A PSL Judicial é então calculada a partir da informação do prognóstico de perda, além do valor em risco existente em cada processo judicial. Para todos os casos de sinistros/benefícios judiciais que possuem prognóstico de perda

provável, a Seguradora provisiona em sua PSL Judicial 100% do valor em risco existente no momento do cálculo. Para os demais prognósticos (possível e remoto), a Seguradora não constitui PSL. Há ainda outro fator para uma melhor estimativa da PSL, tanto administrativa, quanto judicial. Também chamada de Ajuste da PSL, a IBNER (Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Suficientemente Avisados) considera as eventuais movimentações que ocorrem no sinistro após o seu aviso à Seguradora. Histórico de reestimativas de valor, cancelamento, entre outras movimentações são utilizados como base para atingir a melhor estimativa do valor que será efetivamente liquidado em cada sinistro. Em suma, o valor da PSL é complementado pela IBNER, de modo que seu valor provisionado esteja mais alinhado com o valor esperado de sinistros a pagar. **3.11.5. Provisão de sinistros ocorridos e não avisados (IBNR):** A provisão de sinistros ocorridos e não avisados (IBNR) é constituída para a cobertura dos valores esperados a liquidar relativo a sinistros ocorridos e ainda não avisados até a data-base das demonstrações financeiras, incluindo as operações de cosseguro aceito, bruto das operações de resseguro e líquidos das operações de cosseguro cedido. Esta provisão é calculada com base em métodos estatístico-atuariais, conhecidos como triângulos de *run-off*, que consideram o desenvolvimento mensal dos sinistros ocorridos para estabelecer uma projeção de sinistros futuros por período de ocorrência/aviso. Tal desenvolvimento é feito por montante envolvido de sinistros, observando o período dos últimos 36 meses. **3.11.6. Provisão de prêmios não ganhos (PPNG):** A provisão de prêmios não ganhos é constituída pela parcela do prêmio comercial correspondente ao período de risco ainda não decorrido, calculado pelo método *pro rata die*, para cobrir o valor a pagar relativo a sinistros e despesas do referido período. Contempla os riscos assumidos na data-base do cálculo, já considerando uma estimativa para os riscos vigentes e não emitidos (PPNG-RVNE), com base no histórico de atraso na emissão de prêmios. **3.11.7. Provisão complementar de cobertura (PCC):** A PCC é constituída quando for constatada insuficiência nas provisões técnicas por meio do valor apurado no Teste de Adequação de Passivos (TAP), detalhado no item 3.11.13, de acordo com as determinações especificadas na regulamentação em vigor. Atualmente é regida pelo disposto na Circular SUSEP nº 648/2021 e suas alterações. A Circular SUSEP nº 678/2022 estabeleceu que os efeitos contábeis da alteração na PCC decorrente de mudanças na Estrutura a Termo da Taxa de Juros (ETTJ) podem ter sua contrapartida reconhecida no resultado ou em outros resultados abrangentes. A política contábil da Seguradora determina que o reconhecimento da contrapartida da ETTJ ocorre em outros resultados abrangentes. Outra alteração promovida pela Circular SUSEP nº 678/22, foi a mudança da obrigatoriedade de compensação dos resultados do TAP por grupos de contrato dentro das segregações de fluxos estabelecidas para a apuração do resultado do TAP para a possibilidade de as supervisionadas decidirem por compensar ou não. Em sua política contábil, a Seguradora optou por manter a compensação dos resultados do TAP por grupos de contrato. **3.11.8. Provisão de despesas relacionadas a produtos estruturados em regime financeiro de capitalização ou repartição de capitais por cobertura (PDC):** A PDC é constituída para a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas a sinistros, referentes aos produtos estruturados no regime financeiro de Capitalização ou Repartição de Capitais de Cobertura. **3.11.9. Provisão de despesas relacionadas a produtos estruturados em regime financeiro de repartição simples (PDR):** A PDR é constituída para a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas a sinistros, referentes aos produtos estruturados no regime financeiro de Repartição Simples. **3.11.10. Provisão de resgates e outros valores a regularizar (PVR):** A PVR abrange os valores referentes aos resgates a regularizar, às devoluções de prêmios, contribuições ou fundos, às portabilidades a regularizar, aos prêmios recebidos e não cotizados, às rendas vencidas e aos benefícios a regularizar relativos a coberturas por sobrevivência. **3.11.11. Salvados e ressarcidos:** A Seguradora não opera em ramos que geram salvados e ressarcidos.

3.11.12. Tábuas, taxas de carregamento e taxas de juros dos principais produtos comercializados:

Previdência:	Plano	Processo SUSEP	Regime Financeiro	Tábua Biométrica	Taxa de Juros	Carregamento Máximo	Indexador
	Pecúlio Individual por Morte	15414.000797/2008-16	Repartição Simples	CSO 80	6% aa	30%	IPCM
	Pecúlio Individual por Morte	15414.901355/2017-80	Capitalização	AT 83 M	4% aa	5%	IPCA
	Pecúlio Individual por Morte	15414.607828/2020-51	Capitalização	AT 2000 M	4% aa	30%	IPCA
Seguros:	Plano / Produto Coletivo	Processo SUSEP	Regime Financeiro	Tábua Biométrica	Taxa de Juros	Carregamento Máximo	Indexador
	APC - Cia Proteção Corporativa	15414.001215/2008-19	Repartição Simples	—	—	—	IPCM
	APC - Cia Capital Global	15414.002496/2008-27	Repartição Simples	—	—	—	IPCM
	APC - Escolar	15414.001880/2008-11	Repartição Simples	—	—	—	IPCM
	Seguro de Pessoas Flexível	15414.004510/2012-11	Repartição Simples	AT 83/ Álvaro Vindas	—	—	IPCM
	Viva Flex - Capital Global	15414.005052/2008-43	Repartição Simples	AT 83/ Álvaro Vindas	—	—	IPCM
	VG - Faixa Etária Viva Flex	15414.004708/2007-20	Repartição Simples	AT 83/ Álvaro Vindas	—	—	IPCM
	VG - Taxa Média Viva Flex	15414.003202/2008-84	Repartição Simples	AT 83/ Álvaro Vindas	—	—	IPCM
	Decessos	15414.607830/2020-20	Repartição Simples	AT83	—	—	IPCA
	Invalidez Permanente Total ou Parcial por Acidente	15414.901878/2013-01	Repartição Simples	AT83	—	—	IPCM
	Prestamista	15414.900893/2014-12	Repartição Simples	AT83	—	—	IPCM
	Prestamista	15414.628816/2019-26	Repartição Simples	AT83	—	—	IPCM
	Prestamista	15414.628801/2019-68	Repartição Simples	AT83	—	—	IPCM
	APC Prazo Certo - Seg de ônibus e Transporte	15414.000149/2009-41	Repartição Simples	—	—	—	IPCM
	APC - VIP Mais	15414.004417/2007-31	Repartição Simples	—	—	—	IPCM
Seguros:	Plano / Produto Individual	Processo SUSEP	Regime Financeiro	Tábua Biométrica	Taxa de Juros	Carregamento Máximo	Indexador
	API - Bilhete Premiável	15414.900764/2013-35	Repartição Simples	—	—	—	IPCM
	Passageiro TOP - Microseguro	15414.611591/2020-11	Repartição Simples	AT83	—	—	IPCA
	Capemisa VIVA - Morte	15414.615810/2022-94	Repartição Simples	AT83	—	—	IPCA
	Capemisa VIVA - Morte Acidental	15414.613012/2021-47	Repartição Simples	—	—	—	IPCA
	Capemisa VIVA - Invalidez Permanente Total ou Parcial por Acidente	15414.613013/2021-91	Repartição Simples	—	—	—	IPCA
	Capemisa VIVA - Invalidez Funcional Permanente Total por Doença	15414.613017/2021-70	Repartição Simples	Circular PRESI-015/2006	—	—	IPCA
	CAPEMISA VIVA - Doenças Graves (DG)	15414.613015/2021-81	Repartição Simples	—	—	—	IPCA
	CAPEMISA VIVA - Doenças Graves Ampliadas (DGA)	15414.613016/2021-25	Repartição Simples	—	—	—	IPCA
	CAPEMISA VIVA - Diária de Incapacidade Temporária (DIT)	15414.604621/2024-58	Repartição Simples	—	—	—	IPCA
	CAPEMISA VIVA - Despesas Médicas, Hospitalares e Odontológicas (DMHO)	15414.613014/2021-36	Repartição Simples	—	—	—	IPCA
	CAPEMISA VIVA - Assistência Funeral (GASSF)	15414.613019/2021-69	Repartição Simples	AT83	—	—	IPCA
	CAPEMISA VIVA - Morte Acidental (com Telemedicina)	15414.624605/2024-81	Repartição Simples	—	—	—	IPCA
	CAPEMISA VIVA - Morte - Repartição Simples- Carência Gradual	15414.613008/2021-89	Repartição Simples	AT83	—	—	IPCA
	CAPEMISA VIVA - Morte - Capitalização- Carência Gradual	15414.613010/2021-58	Capitalização	AT-2000	3,5%	—	IPCA

3.11.13. Teste de adequação de passivos (Liability Adequacy Test – LAT): A Circular SUSEP nº 648 de 12 de novembro de 2021 e suas alterações, define regras e procedimentos para realização do teste de adequação de passivo (TAP), a serem observados pelas sociedades seguradoras. As estimativas correntes dos fluxos de caixa consideraram todos os riscos assumidos até a data-base do teste, sendo brutas de resseguro. As premissas relacionadas a despesas, resgates, persistência, portabilidade e opção de conversão em renda foram baseadas na experiência observada pela seguradora ou de mercado, limitada ao período máximo de 5 (cinco) anos. Para estimativa de mortalidade foi utilizada a tábua BR-EMS e o fluxo de caixa foi descontado a valor presente pela taxa de juros livre de risco desenvolvida com base na estrutura a termo da taxa de juros (ETTJ) livre de risco definida pela SUSEP. O teste de adequação dos passivos, realizado em 2024, indicou a necessidade de uma reversão do saldo da provisão complementar de cobertura (PCC) no valor de R\$ 36.918 (em 2023 necessidade de constituição no valor de R\$ 14.664), conforme demonstrado na nota explicativa nº 19.

Teste de Adequação do Passivo (TAP) - 2024 e 2023	Carteira de Previdência	Carteira de Seguros
a) Taxa de juros contratada para ativos e passivos	De acordo com a Nota Técnica Atuarial aprovada pela SUSEP	N/A
b) Taxa de juros esperada para os ativos	Projeção da SUSEP (ETTJ)	Projeção da SUSEP (ETTJ)
c) Tábua biométrica	BR-EMS	N/A
d) Sinistralidade, Correlagem e Pro-Labore	N/A	Observação histórica dos últimos 60 meses
e) Resseguro	Cálculos brutos de resseguro	Cálculos brutos de resseguro
f) Morte Acidental, Cancelamento, Invalidez e Aposentadoria	Observação histórica dos 48 meses anteriores a 2024	Observação histórica dos últimos 60 meses

Prêmios e Contribuições Registrados e não Registrados de PMBAC de Produtos de Benefício Definido

Grupo de Contratos	Tipo de Plano	Cobertura	Base Técnica	Tipo de Pagamento	Produtos de Benefício Definido					
					PMBAC Constituída (A)	VP do Fluxo de Caixa Relacionado à PMBAC (B)	PDR de PMBAC Constituída (C)	VP do Fluxo de Caixa Relac. à PDR de PMBAC (D)	Resultado Fluxos Tap-PMBAC BD (E) = [(B) - (A)] + [(D) - (C)]	PCC-PMBAC BD (F) = Máx(E;0)
Carteira de Previdência	Pecúlio	Invalidez	OUTRAS + IPCM + 8%	Renda Vitalícia	146.053	(386)	—	(111)	(146.550)	—
Carteira de Previdência	Pecúlio	Morte	AT83 + IPCA + 4%	Único	17.522	(7.281)	2	(3.023)	(27.827)	—
Carteira de Previdência	Pecúlio	Morte	CSO58 + IPCM + 13%	Único	99.550	128.855	6	(3.904)	25.396	25.396
Carteira de Previdência	Pecúlio	Morte	CSO58 + IPCM + 6%	Único	59.215	39.989	14	(1.814)	(21.054)	—
Carteira de Previdência	Pecúlio	Morte	CSO58 + IPCM + 8%	Único	8.167	7.584	1	(674)	(1.257)	—
Carteira de Previdência	Pecúlio	Morte	CSO80M + IPCM + 6%	Único	2.235	1.907	—	(228)	(556)	—
Carteira de Previdência	Pecúlio	Morte	OUTRAS + IPCM + 13%	Único	1.873	1.152	—	(55)	(776)	—
Carteira de Previdência	Pecúlio	Morte	OUTRAS + IPCM + 8%	Único	141	51	—	(11)	(101)	—
Carteira de Previdência	Pecúlio	Sobrevivência	AT49M + IPCM + 13%	Renda Vitalícia	—	68.152	68	68	68.152	68.152
Carteira de Previdência	Pecúlio	Sobrevivência	OUTRAS + IPCM + 13%	Renda Certa	—	562	1	1	562	562
Carteira de Previdência	Pensão	Invalidez	OUTRAS + IPCM + 8%	Renda Vitalícia	27.174	(149)	—	(43)	(27.365)	—
Carteira de Previdência	Pensão	Morte	CSO58 + IPCM + 13%	Renda Vitalícia	15.529	21.740	116	(1.062)	5.033	5.033
Carteira de Previdência	Pensão	Morte	CSO58 + IPCM + 8%	Renda Vitalícia	1.064	839	11	(179)	(415)	—
Carteira de Previdência	Pensão	Morte	OUTRAS + IPCM + 13%	Renda Vitalícia	258	316	1	(22)	35	35
Carteira de Previdência	Pensão	Morte	OUTRAS + IPCM + 8%	Renda Vitalícia	16	7	—	(4)	(13)	—
Carteira de Previdência	Pensão	Sobrevivência	AT49M + IPCM + 13%	Renda Vitalícia	—	48.175	40	40	48.175	48.175
Carteira de Previdência	Pensão	Sobrevivência	OUTRAS + IPCM + 13%	Renda Certa	—	417	—	—	417	417
Carteira de Previdência	Pecúlio	Morte	AT2000 + IPCA + 4%	Único	1.726	(2.110)	1	(884)	(4.721)	—
				Total	380.522	309.822	261	(11.903)	(82.864)	—



continuação



CAPEMISA Seguradora de Vida e Previdência S/A
CNPJ: 08.602.745/0001-32

Grupo de Contratos	Tipo de Plano	Cobertura	Base Técnica	Tipo Renda	Excedente Financeiro da Concessão	PMBC Cons-tituída (A)	Valor Presente do Fluxo de Caixa Relacionado à PMBC (B)	Resultado Fluxos TAP-PMBC (C) = (B) - (A)	PCC - PMBC (D) = Máx(C;0)
Carteira de Previdência	Pensão	Morte	CSO58 + IPCM + 13%	Renda Certa	-	9.942	12.222	2.281	2.281
Carteira de Previdência	Pensão	Morte	OUTRAS + IPCM + 13%	Renda Certa	-	267	330	63	63
Carteira de Previdência	Pensão	Morte	CSO58 + IPCM + 13%	Renda Vitalícia	-	11.526	22.758	11.232	11.232
Carteira de Previdência	Pensão	Morte	OUTRAS + IPCM + 13%	Renda Vitalícia	-	1.281	2.507	1.227	1.227
Carteira de Previdência	Renda	Invalidez	AT49M + IPCM + 8%	Renda Vitalícia	-	-	-	-	-
Carteira de Previdência	Renda	Sobrevivência	OUTRAS + IPCM + 13%	Renda Vitalícia	-	106.279	169.413	63.134	63.134
Carteira de Previdência	Renda	Sobrevivência	OUTRAS + IPCM + 13%	Renda Certa	-	72.543	85.540	12.997	12.997
Total					-	201.838	292.771	90.933	90.933

3.12. Depósitos de terceiros: Os depósitos de terceiros referem-se, principalmente, a depósitos bancários referentes a recebimentos de prêmios, contribuições e assistências financeiras que ainda se encontram em processo de reclassificação.

3.13. Ativos, passivos contingentes e obrigações legais – fiscais: Ativos contingentes: reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxito prováveis são divulgados pela Gerência Jurídica; **Passivos contingentes:** Correspondem às provisões para as ações de natureza cível, não relacionadas às indenizações contratuais de sinistros; às ações de natureza trabalhista; e às ações de natureza tributária. São calculadas e efetuadas com base na classificação da probabilidade de perda dos processos. Neste sentido, a classificação do risco de perda das demandas judiciais é realizada com base na avaliação dos seus assessores jurídicos, levando em conta a natureza das demandas, o pedido do autor, os subsídios técnicos (operacionais, atuariais, etc), as provas, o posicionamento atual de cada tribunal em que tramitam, suas complexidades, a similaridade com processos anteriores, bem como o posicionamento atual dos tribunais superiores sobre o tema, podendo ser revisto de acordo com a fase processual, decisões de cada tribunal e alterações de jurisprudências. São provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com estimativas fundamentadas. Os passivos contingentes avaliados como perdas possíveis são divulgados pela Gerência Jurídica, com objetivo de ser observado o critério de provisão estabelecido pela Seguradora. **Obrigações legais – fiscais:** decorrem de processos judiciais que tenham por objeto o questionamento do cumprimento de obrigações tributárias, sempre correlacionados à sua exigibilidade. A avaliação da probabilidade de êxito é efetuada pela Gerência Jurídica e divulgada para as áreas competentes da Seguradora.

3.14. Benefícios a empregados: O fundo de pensão fechado, o qual a Seguradora é patrocinadora, administra dois planos de benefício: **Benefício definido** - Os regimes financeiros adotados para determinação do custeio de plano, são de capitalização para as aposentadorias e pensões por morte e de repartição simples para os benefícios de auxílio-doença. Em 11 de outubro de 2017, conforme portaria PREVIC nº 986, foram aprovadas as alterações propostas ao Regulamento do Plano de Benefício FUCAP e o saldamento do Plano BD autorizado, gerando ajustes nas provisões matemáticas admitindo a manutenção do Plano Benefício para o saldamento e as alterações a serem implementadas a partir de 1º de janeiro de 2018, como por exemplo, a suspensão das contribuições dos participantes e dos patrocinadores. Os ativos do plano de benefício definido saldados encontram-se aplicados em renda fixa, títulos de renda fixa e renda variável no montante de R\$ 280.656 (R\$ 273.311 em 2023). A posição patrimonial do plano é de R\$ 281.658 (R\$ 274.331 em 2023), apresentando superávit no período na ordem de R\$ 13.321 (R\$ 18.059 em 2023). As provisões matemáticas montaram em R\$ 266.731 (R\$ 254.643 em 2023), contemplando as reservas de benefícios concedidos no valor de R\$ 228.544 (R\$ 219.866 em 2023), benefícios a conceder no valor de R\$ 38.187 (R\$ 34.777 em 2023). **Contribuição definida** - A Capemisa é patrocinadora de um plano de previdência complementar para seus funcionários e administradores, na modalidade contribuição definida cujo instituidor é a Associação Clube Salutar e a Administração é do Fundo de Pensão Capemi - FUCAP. Os recursos financeiros acumulados ao longo da carreira profissional do participante, mediante o pagamento das suas próprias contribuições e as contribuições patronais na paridade de um para um, são investidos em fundos de renda fixa que cobrem integralmente as obrigações atuariais do plano. A contribuição da empresa foi na ordem de R\$ 4.102 (R\$ 4.305 em 2023). Os ativos do plano encontram-se aplicados em renda fixa, títulos de renda fixa e montam em R\$ 29.641 (R\$ 23.988 em 2023). A posição patrimonial do plano é de R\$ 29.799 (R\$ 24.105 em 2023). As provisões matemáticas montaram em R\$ 29.741 (R\$ 24.057 em 2023), contemplando as reservas de benefícios a conceder no valor de R\$ 29.741 (R\$ 24.057 em 2023) e o fundo administrativo de R\$ 58 (R\$ 47 em 2023).

3.15. Segregação entre circulante e não circulante: A Seguradora efetua a revisão dos valores registrados no ativo e no passivo circulante, a cada data de elaboração das demonstrações financeiras, com o objetivo de classificar para o não circulante aqueles cuja expectativa de realização ultrapassarem o prazo de 12 meses subsequentes à respectiva data-base. Os instrumentos financeiros mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR) estão apresentados no ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento. Tributos diferidos são classificados no ativo ou passivo não circulante e não são ajustados à valor presente. Os ativos e passivos sem vencimento definido tiveram seus valores registrados como circulante, exceto os depósitos judiciais e passivos contingentes que possuem características de longo prazo em virtude da dependência de trâmites judiciais.

3.16. Classificação dos contratos de seguro: Contratos de seguros são os contratos em que a Seguradora aceitou risco de seguro significativo de outra parte (o detentor da apólice), concordando em pagar indenização de seguro aos detentores da apólice no caso de ocorrência de um evento futuro incerto especificado (o evento segurado), com efeito adverso sobre o detentor da apólice. De forma geral, a Seguradora determina se apresenta risco de seguro significativo, por meio da comparação dos benefícios pagos com os benefícios a pagar se o evento segurado não tivesse ocorrido. Os contratos de seguro podem também transferir risco financeiro. Quando um contrato for classificado como um contrato de seguro, ele deve continuar classificado como um contrato de seguro durante o período remanescente da sua vigência, mesmo que haja redução significativa no risco de seguro durante este período, a menos que todos os direitos e obrigações sejam extintos ou expirem. Os prêmios de seguros e as despesas de comercialização são registrados quando da emissão das apólices ou faturas, líquidos dos respectivos custos de emissão, sendo a parcela de prêmios ganhos reconhecida no resultado, de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto. A Administração analisou suas operações e concluiu que suas operações se caracterizam como "contrato de seguro" de acordo com o CPC 11. **3.16.1. Mensuração dos contratos de seguro:** As receitas de prêmios e os correspondentes custos de aquisição são registrados quando da vigência do risco. As provisões técnicas são constituídas de acordo com as orientações do CNSP e da SUSEP, cujos critérios, parâmetros e fórmulas são formalizados em Normas Técnicas Atuariais – NTAs, conforme descrito na nota explicativa nº 3.11. **3.17. Apuração do resultado:** O resultado é apurado pelo regime de competência e considera: • Para os produtos de risco o fato gerador da receita é a vigência do risco; e • Para os produtos de acumulação financeira, o fato gerador da receita é o recebimento das contribuições.

3.18. Novas normas e interpretações contábeis: • CPC 50 (IFRS 17) – "Contrato de Seguros" – A norma estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro. De acordo com essa norma, uma entidade retrata a receita pela transferência da cobertura e de outros serviços prometidos a um valor que reflita a contraprestação a qual a entidade espera ter direito em troca de serviços. Isto significa que a entidade exclui da receita de seguro quaisquer componentes de investimento e reconhece a receita de seguro em cada período conforme satisfaz as obrigações de desempenho previstas nos contratos de seguros. O CPC 50 entrou em vigor em 1º de janeiro de 2023 e será aplicável quando referendado pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), portanto, a Administração concluiu sua avaliação até a data de entrada em vigor.

3.19. Aplicações dos normativos SUSEP: • Circular SUSEP nº 666/2022 - norma pretende a apuração e mitigação dos riscos ambientais, climáticos e sociais. Traz a previsão pela elaboração de estudo de materialidade dos riscos de sustentabilidade a que possam ser expostas, resultante de probabilidade e impacto estimados. A norma entrou em vigor a partir de 1º de agosto de 2022, e os prazos para adequação da Política de Sustentabilidade iniciaram em 31 de dezembro de 2022 para as supervisionadas enquadradas no segmento S1, 28 de fevereiro de 2023 para as enquadradas no segmento S2 e em 30 de abril de 2023 para as enquadradas nos segmentos S3 e S4. Os prazos para adequação da elaboração do estudo de materialidade iniciaram em 31 de dezembro de 2023 para as supervisionadas enquadradas no segmento S1, 28 de fevereiro de 2024 para as enquadradas no segmento S2 e se encerraram em 30 de abril de 2024 para as enquadradas nos segmentos S3 e S4. As datas dispostas corresponderão à divulgação do primeiro relatório de sustentabilidade para os referidos segmentos, relativos à data-base de 31 de dezembro do ano anterior. O relatório de sustentabilidade, a supervisão deverá elaborar e divulgar até o dia 30 de abril de cada exercício. A adequação se iniciou em 30 de junho de 2024 para as supervisionadas enquadradas no segmento S1 e iniciou em 30 de junho de 2025 para as supervisionadas enquadradas nos segmentos S2, S3 e S4. O processo de adequação da Seguradora foi iniciado em 2022, sob a condução da Diretoria de Governança Corporativa. A Política de Sustentabilidade da Seguradora foi aprovada em 2023, e a Matriz de Materialidade foi disponibilizada em nosso site eletrônico em abril de 2024, conforme Circular SUSEP nº 666/2022. No momento, estão sendo desenvolvidas ações que irão compor o relatório de sustentabilidade, além do acompanhamento das demais exigências regulatórias, que serão cumpridas dentro dos prazos estipulados.

4. Aplicações

Em 2024:

Categoria	Nível de Hierarquia	Taxa de Juros Anual	Valor Contábil	Valor Justo	% por Categoria
I- Valor justo por meio do resultado					
Fundos de Investimentos	1	-	71.657	71.657	7,34%
Fundo de Investimento Exclusivo	1	-	26.043	26.043	2,67%
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1	100% SELIC	2.903	2.903	0,30%
Fundo Capemisa Títulos Públicos Operações Compromissadas	1	-	2.665	2.665	0,27%
II- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (a) (c)					
Nota do Tesouro Nacional Série B (NTN-B)	1	De 5,01% a 6,44% + IPCA De 5,9% a 8,45% + IPCA	656.802	656.802	67,29%
Letra Financeira - IPCA	1	-	121.752	121.752	12,47%
Fundo Capemisa Títulos Públicos Nota do Tesouro Nacional Série B (NTN-B)	1	De 6,45% a 7,06% + IPCA	46.708	46.708	4,79%
CDB (Certificado de Depósito Bancário) - CDI	1	102% CDI	28.870	28.870	2,96%
III- Custo amortizado (b) (c)					
Letra Financeira - CDI	1	105% CDI	13.032	13.038	1,34%
Letra Financeira - IPCA	1	IPCA + 6,75%	5.209	4.821	0,53%
Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI)	2	IGPM + 7,83%	393	393	0,04%
			976.034	975.652	100,00%
Em 2023:					
Categoria	Nível de Hierarquia	Taxa de Juros Anual	Valor Contábil	Valor Justo	% por Categoria
I- Valor justo por meio do resultado					
Fundos de Investimentos	1	-	89.614	89.614	8,50%
Fundo de Investimento Exclusivo	1	-	26.091	26.091	2,48%
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1	100% SELIC	4.451	4.451	0,42%
II- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (a)					
CDB (Certificado de Depósito Bancário) - CDI	1	102% CDI	23.612	23.612	2,24%
III- Custo amortizado (b)					
Nota do Tesouro Nacional Série B (NTN-B)	1	De 5,01% a 6,49% + IPCA De 5,9% a 7,8% + IPCA De CDI + 1,2% a CDI + 1,75%	764.758	766.739	72,56%
Letra Financeira - IPCA	1	-	112.323	112.116	10,66%
Letra Financeira - CDI	1	-	26.691	26.643	2,53%
Letra Financeira - PRÉ	1	15,50% PRÉ	2.467	2.500	0,23%
CDB (Certificado de Depósito Bancário) - CDI	1	111% CDI	2.079	2.080	0,20%
Debênture IPCA	1	IPCA + 6%	1.389	1.367	0,13%
Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI)	2	IGPM + 7,83%	445	445	0,04%
			1.053.920	1.055.658	100,00%

(a) O saldo na curva é de R\$ 962.168 em 2024 (R\$ 23.612 em 2023). (b) Os referidos investimentos estão avaliados na "curva". (c) Conforme evidenciado na nota explicativa nº 2.4, em 1º de janeiro de 2024, em função da adoção inicial da Circular SUSEP nº 678/2022, a Seguradora realizou a classificação dos seus títulos públicos NTN-Bs e seus papéis de letras financeiras vinculados aos IPCA de custo amortizado para VJORA.

Em 2024:	Sem Vencimento	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
NTN-B	-	-	143.194	513.608	656.802
Fundos de Investimentos	147.073	-	-	-	147.073
LF	-	52.567	87.426	-	139.993
CDB	-	28.870	-	-	28.870
Letras Financeiras do Tesouro	-	95	2.808	-	2.903
CRI	-	-	-	393	393
					147.073

Em 2023:	Sem Vencimento	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
NTN-B	-	85.580	123.161	556.017	764.758
LF	-	20.885	120.596	-	141.481
Fundos de Investimentos	115.705	-	-	-	115.705
CDB	-	2.079	23.612	-	25.691
Letras Financeiras do Tesouro	-	2.540	85	1.826	4.451
Debêntures	-	1.389	-	-	1.389
CRI	-	-	-	445	445
					115.705

Em 2023:	Sem Vencimento	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Fundos de Investimentos	115.705	-	-	-	115.705
CDB	-	2.079	23.612	-	25.691
Letras Financeiras do Tesouro	-	2.540	85	1.826	4.451
Debêntures	-	1.389	-	-	1.389
CRI	-	-	-	445	445
					115.705

Em 2023:	Sem Vencimento	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
NTN-B	-	85.580	123.161	556.017	764.758
LF	-	20.885	120.596	-	141.481
Fundos de Investimentos	115.705	-	-	-	115.705
CDB	-	2.079	23.612	-	25.691
Letras Financeiras do Tesouro	-	2.540	85	1.826	4.451
Debêntures	-	1.389	-	-	1.389
CRI	-	-	-	445	445
					115.705

Em 2023:	Sem Vencimento	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
NTN-B	-	85.580	123.161	556.017	764.758
LF	-	20.885	120.596	-	141.481
Fundos de Investimentos	115.705	-	-	-	115.705
CDB	-	2.079	23.612	-	25.691
Letras Financeiras do Tesouro	-	2.540	85	1.826	4.451
Debêntures	-	1.389	-	-	1.389
CRI	-	-	-	445	445
					115.705

Em 2023:	Sem Vencimento	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
NTN-B	-	85.580	123.161	556.017	764.758
LF	-	20.885	120.596	-	141.481
Fundos de Investimentos	115.705	-	-	-	115.705
CDB	-	2.079	23.612	-	25.691
Letras Financeiras do Tesouro	-	2.540	85	1.826	4.451
Debêntures	-	1.389	-	-	1.389
CRI	-	-	-	445	445
					115.705

Em 2023:	Sem Vencimento	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
NTN-B	-	85.580	123.161	556.017	764.758
LF	-	20.885	120.596	-	141.481
Fundos de Investimentos	115.705	-	-	-	115.705
CDB	-	2.079	23.612	-	25.691
Letras Financeiras do Tesouro	-	2.540	85	1.826	4.451
Debêntures	-	1.389	-	-	1.389
CRI	-	-	-	445	445
					115.705

5. Prêmios a receber: 5.1. Movimentação dos prêmios a receber:	2024	2023
Saldo Inicial	8.410	9.540
Prêmios emitidos	179.428	167.731
Prêmios cancelados	(16.076)	(13.049)
Recebimentos	(162.723)	(155.812)
Saldo final	9.039	8.410
IOF sobre prêmios emitidos	34	32
Saldo Final	9.073	8.442
Redução ao valor recuperável (a)	(872)	(471)
8.201	7.971	

(a) Constituída conforme os critérios estabelecidos na nota explicativa nº 3.2.1.

5.2. Aging de prêmios a receber	2024	2023
Vencidos		
De 1 a 30 dias	416	480
De 31 a 60 dias	366	550
De 61 a 90 dias	214	223
De 91 a 120 dias	25	-
Mais de 120 dias	85	-
1.106	1.253	

A vencer	2024	2023
De 1 a 30 dias	7.953	7.189
De 31 a 60 dias	14	-
7.967	7.189	
9.073	8.442	

6. Créditos das operações com previdência complementar – valores a receber. A movimentação dos créditos das operações de previdência complementar relacionados as contribuições riscos vigentes não recebidos está demonstrada conforme a seguir:

6.1. Aging de contribuições a receber	2024	2023
Saldo inicial	1.011	1.025
Emissões	276.747	282.415
Recebimentos	(269.053)	(274.234)
Cancelamento	(4.935)	(5.332)
Restituição	(2.469)	(2.863)
Saldo final	1.301	1.011

A Vencer	2024	2023
De 1 a 30 dias	807	576
807	576	

Vencidos	2024	2023
De 31 a 60 dias	494	

continuação



CAPEMISA Seguradora de Vida e Previdência S/A
CNPJ: 08.602.745/0001-32

7.4. Assistência financeira a participantes. A composição das assistências financeiras concedidas a participantes está demonstrada a seguir:

	2024	2023
Circulante:		
Garantia de averbação	82.972	78.438
Receitas a apropriar	(30.736)	(29.903)
Redução ao valor recuperável (a)	(7.272)	(6.728)
	44.964	41.807
	2024	2023
Não circulante:		
Garantia de averbação	212.156	211.347
Receitas a apropriar	(54.672)	(54.818)
Redução ao valor recuperável (a)	(4.710)	(4.798)
	152.774	151.731

(a) Constituída conforme os critérios definidos na nota explicativa nº 3.4.

7.5. Assistências financeiras por vencimento

	2024	2023
Vencidos:		
De 1 a 60 dias	471	401
De 61 a 180 dias	815	689
De 181 a 360 dias	1.123	919
Mais de 360 dias	3.711	3.582
A vencer:		
Até 360 dias	76.852	72.847
Mais de 360 dias	212.156	211.347
	295.128	289.785

7.6. Depósitos judiciais e fiscais
Os depósitos judiciais e fiscais estão demonstrados conforme composição a seguir:

	2024	2023
Tributos	151.415	143.869
Cíveis	4.127	5.582
Benefícios	2.539	3.141
Sinistros	739	1.181
Trabalhistas	271	272
Outros depósitos	26	23
	159.117	154.068

Os depósitos judiciais e fiscais possuem a seguinte movimentação:

	Novos Depósitos		Baixas por Perda / Êxito		Atualização		2024	
	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024
Tributos	143.869	-	-	-	7.546	151.415	-	-
Cíveis	5.582	339	(1.994)	200	4.127	-	-	-
Benefícios	3.141	702	(1.423)	119	2.539	-	-	-
Sinistros	1.181	313	(826)	71	739	-	-	-
Trabalhistas	272	18	(25)	6	271	-	-	-
Outros depósitos	23	-	-	3	26	-	-	-
Total	154.068	1.372	(4.268)	7.945	159.117			

O processo relacionado à ação da COFINS, encontra-se detalhado na nota explicativa nº 20.1 (b) – provisões judiciais. **7.7. Outros créditos.** Os outros créditos são compostos da seguinte forma:

10. Investimentos:

Investimentos	Quantidade de ações quotas	% de participação	Total de ativos	Capital social	Patri-mônio líquido	Resultado do exercício	Resultado patrimonial			
							Investimento 2024	Investimento 2023	Resultado 2024	Resultado 2023
Capemisa Capitalização S.A.	27.610.000	99,5654%	274.823	36.759	84.322	13.634	83.955	75.693	13.575	15.162
Seguradora Líder Seguro DPVAT	15.000.000	1,5136%	17.871	15.000	17.822	544	270	260	11	3
Redução ao valor recuperável							(270)	(260)	(11)	(3)
Total das participações societárias							83.955	75.693	13.575	15.162
Outros investimentos (a)							250	217	42	(10)
Total							84.205	75.910	13.617	15.152

(a) Imóveis destinados à renda avaliados pelo método de custo.

• **Capemisa Capitalização S/A:** Constituída em 19 de abril de 2011. Possui capital social de R\$ 36.759 (R\$ 36.759 em 2023), dividido em 27.610.000 (27.610.000 em 2023) ações ordinárias, sem valor nominal. A Seguradora possui o controle acionário com 99,5654% das ações. A SUSEP através da Portaria nº 4.089, de 7 de julho de 2011, concedeu a Capemisa Capitalização S/A a autorização para operar com planos de capitalização em todo o território nacional. O aporte de capital, que ocorreu em 22 de dezembro de 2020, no montante de R\$ 20.000, correspondente a 11.696.000 ações ordinárias, sem valor nominal. A SUSEP através da Portaria SUSEP/CGRAJ nº 80 de 29 de março de 2021, aprovou as deliberações tomadas pelos acionistas através da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de dezembro de 2020. • **Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT:** A partir de janeiro de 2010 passamos a operar com o convênio DPVAT. Conforme carta PRESI nº 064/2018, a Seguradora passou a deter 227.036 ações da Seguradora Líder – DPVAT. Diante do anúncio da intenção de saída da maioria das seguradoras integrantes do Consórcio do Seguro DPVAT, em novembro de 2020, foi realizada uma Assembleia, e com a concordância de mais de 2/3 das consorciadas participantes, a Assembleia deliberou pela dissolução do Consórcio do Seguro DPVAT a partir de 1º de janeiro de 2021. A extinção do Consórcio do Seguro DPVAT significa que estarão vedadas quaisquer novas subscrições de riscos pela Seguradora Líder em nome das Consorciadas. Desta forma, pelo *run-off* da operação do Consórcio do Seguro DPVAT, não há a distribuição da margem de resultado para as empresas Consorciadas. Por esta razão, observa-se um possível impacto na geração dos fluxos de caixa futuros da Seguradora Líder, e por isso, a Capemisa optou por realizar a redução ao valor recuperável da totalidade do saldo do investimento.

10.1. Movimentação de investimentos

Investimentos	Saldo em 2023	Adoção inicial	Resultado por equi-valência	Ajuste de avaliação patrimonial	Dividen-dos / JCP	Outros	RvR	Saldo em 2024	
								Investimento	Resultado patrimonial
Capemisa Capitalização S.A.	75.693	588	13.575	(961)	(4.940)	-	-	83.955	-
Outros investimentos (a)	217	-	11	-	-	(18)	40	250	-
Total	75.910	588	13.586	(961)	(4.940)	(18)	40	84.205	-

(a) Imóveis destinados à renda e Seguradora Líder Seguro DPVAT.

11. Imobilizado

Descrição	Taxa de depreciação	Saldo em 2023	Adições	Baixa	Saldo em 2024	
					2024	2023
Terrenos	-	560	-	-	560	-
Edificações	4% a.a.	448	-	-	448	-
Equipamentos	10% a.a.	8.802	21	(6)	8.817	-
Móveis, máquinas e utensílios	10% a.a.	3.002	3	(1)	3.004	-
Veículos	20% a.a.	362	-	-	362	-
Benefitória em imóveis de terceiros	(a)	381	-	-	381	-
Outras imobilizações em curso	-	759	571	-	1.330	-
		14.314	595	(7)	14.902	-
Depreciação acumulada		(11.710)	(508)	7	(12.211)	-
		2.604	87	-	2.691	-

(a) As taxas de depreciação de benfeitorias em imóveis de terceiros são parametrizadas com base no prazo de locação previsto nos contratos de alugueis.

12. Intangível

Descrição	Taxa de amortização	Saldo em 2023	Adições	Baixas	Transfe-rência	Saldo em 2024	
						2024	2023
Despesa com desenvolvimento para sistema de computação	-	41	693	-	(41)	693	-
Sistema de computação em uso	20% a.a.	13.230	1.307	-	41	14.578	-
Software	20% a.a.	4.904	-	-	-	4.904	-
Direito de uso de exclusividade (a)	4% a.a.	2.000	-	(2.000)	-	-	-
		20.175	2.000	(2.000)	-	20.175	-
Amortização acumulada		(14.926)	(1.183)	-	-	(16.109)	-
Amortização acumulada direito de uso de exclusividade		(333)	-	333	-	-	-
Amortização acumulada		(15.259)	(1.183)	333	-	(15.259)	-
Redução ao valor recuperável (b)		(1.667)	1.667	-	-	-	-
		3.249	2.484	(1.667)	-	4.066	-

(a) Refere-se ao direito de exclusividade para uso do balcão, conforme contratos de parceria assinados ao final de 2017 e no segundo semestre de 2018. A amortização se dá pelo método linear ao longo do prazo dos contratos, que são de 5 anos.

(b) A redução ao valor recuperável é referente ao direito de exclusividade das parcerias realizadas que não geraram os fluxos de caixa esperados com base nos contratos.

	2024	2023
Outros créditos - empreendimento imobiliário	11.110	11.110
Adiantamentos a funcionários	133	461
Adiantamentos administrativos	167	82
Outros créditos	26	153
Redução ao valor recuperável	(11.200)	(11.173)
	236	633

7.7.1. Outros créditos - empreendimento imobiliário. Em 2005, a Cosil Construções e Incorporações Ltda. (Sócia Ostensiva) celebrou com a Capemisa Caixa de Pecúlios Pensões e Montepios Beneficente (Sócia Participante) contrato de Sociedade em Conta de Participação, referente aos imóveis situados na cidade de Santo André, Estado de São Paulo, na Alameda São Caetano nºs 285, 295, 301, 307, 315 e 325. A Capemisa fez um aporte, na ocasião, de R\$ 5.304. Em 2008 foi celebrado o 1º aditivo ao contrato, passando a figurar como Sócia Participante a Capemisa Seguradora de Vida e Previdência S/A. Em 2009 foi celebrado o 2º aditivo ao contrato, no qual alterou-se o empreendimento imobiliário objeto do contrato (imóvel localizado na Rua Jornalista Paulo Costa nº 555, com frente também para a Rua Francisco Rabelo Leite Neto, Atalaia, Aracaju/SE), bem como o valor do aporte da Sócia Participante de R\$ 7.741. Por força do 3º aditivo ao contrato, alterou-se novamente o empreendimento imobiliário objeto do contrato, passando a Seguradora a ser sócia participante de Sociedade em Conta de Participação referente ao empreendimento denominado "Cenário Atalaia". O 3º aditivo foi firmado em 2012, com aporte no valor de R\$ 7.741 e remuneração mínima de 8,5% ao ano mais a variação da TR ao mês até a data do efetivo pagamento pela sócia ostensiva. Em 2016, foi celebrado um aditivo contratual entre a Seguradora e a sócia ostensiva do empreendimento, que redefiniram cláusulas do contrato firmado anteriormente. Em 2017, a sócia ostensiva do empreendimento descumpriu o aditivo contratual ocasionando atraso no pagamento da parcela. Por esta razão, considerando que não é possível determinar se haverá geração futura de caixa para o referido empreendimento, a Administração reconheceu a redução ao valor recuperável na totalidade do ativo no montante de R\$ 10.922. No primeiro semestre de 2018, foi deferida a recuperação judicial da sócia ostensiva. A Administração da Seguradora contratou escritório de advocacia especializado, o qual está adotando as medidas judiciais cabíveis para a habilitação do crédito detido pela Seguradora no plano de recuperação apresentado pela sócia ostensiva, buscando reaver, ainda que parcialmente, o investimento realizado. Em 2021, em atenção à decisão proferida nos autos da recuperação judicial, que determinou a republicação da lista de credores, a Seguradora recebeu comunicação do administrador judicial, com o reconhecimento inequívoco de crédito em seu favor. Com base nesta decisão, em junho de 2021 realizamos a reclassificação contábil do Ativo não circulante - Outros investimentos para o Ativo circulante - Outros créditos. Após recurso de alguns credores, em 31 de janeiro de 2023, houve a republicação do quadro de credores consolidado, restando ratificado o reconhecimento do crédito da Seguradora. No dia 18/07/2023 foi realizada Assembleia Geral de Credores e o Plano de Recuperação apresentado pelo Grupo Cosil foi aprovado pela maioria dos credores de cada classe presentes na referida Assembleia, já homologado pelo Juízo e objeto de recurso por dois credores. O Plano de Recuperação aprovado prevê um deságio de 99% sobre o valor do crédito habilitado na Recuperação Judicial. Os credores "receberão com 30% da geração de caixa obtida na operação, a ser rateada com as demais classes e subclasses, após

o pagamento da Classe 1 (Trabalhista), e será apurada anualmente até o mês de março do exercício subsequente, sendo que a liquidação total da operação não poderá ultrapassar o prazo de 10 anos da homologação do Plano de Recuperação Judicial." Os créditos serão reajustados pela variação da TR (Taxa de Referência) + 1% (um por cento) ao ano, a partir do pedido da Recuperação Judicial. Interposto Recurso por um dos credores, em face da decisão que homologou o Plano de Recuperação, ainda pendente de julgamento pelo Superior Tribunal de Justiça. Atualmente, há uma provocação por um dos credores alegando uma suposta fraude a credores, ainda em fase de apuração de informações.

8. Custos de aquisição diferidos: Os custos de aquisição diferidos das operações de seguros, apresentaram a seguinte movimentação:

Em 2024:	2023	Constituições	Baixas	2024
Comissão	2.976	36.722	(37.894)	1.804
Agenciamento	-	84	(74)	10
	2.976	36.806	(37.968)	1.814

Em 2023:	2022	Constituições	Baixas	2023
Comissão	1.250	21.565	(19.839)	2.976
Agenciamento	-	3	(3)	-
	1.250	21.568	(19.842)	2.976

9. Ativos e passivos de arrendamento

9.1. Ativos de direito de uso				
Descrição	2023	Adições	Baixas (a)	2024
Ativos de direito de uso	1.612	1.537	(1.361)	1.788
Depreciação de direito de uso	(708)	(1.450)	1.223	(935)
	904	87	(138)	853

Descrição	2022	Adições	Baixas (a)	2023
Ativos de direito de uso	1.572	1.394	(1.354)	1.612
Depreciação de direito de uso	(729)	(1.449)	1.470	(708)
	843	(55)	116	904

(a) Baixas referentes aos contratos finalizados dentro do período, que não foram renovados, e contratos rescindidos.

9.2. Passivo de arrendamento

Descrição	2023	Adições	Baixas	2024
Passivos de arrendamento	907	1.570	(1.602)	875
Juros	(42)	(33)	36	(39)
	865	1.537	(1.566)	836

Descrição	2022	Adições	Baixas	2023
Passivos de arrendamento	875	1.411	(1.379)	907
Juros	(48)	(17)	23	(42)
	827	1.394	(1.356)	865

Passivos de arrendamento	Taxa de juros nominal	Ano de vencimento	Valor de face	Valor contábil	
				2023	2024
	3,63% a.a.	2025-2027	875	836	836

Passivos de arrendamento	Taxa de juros nominal	Ano de vencimento	Valor de face	Valor contábil	
				2023	2024
	3,63% a.a.	2024-2027	907	865	865

13. Obrigações a pagar

O saldo está apresentado conforme demonstrado a seguir:

	2024	2023
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	27.398	18.001
Gratificações, participações nos lucros e remunerações a pagar	11.761	14.448
Fornecedores	5.180	6.471
Pagamentos a efetuar	196	109
Outras obrigações a pagar	188	567
	44.723	39.596

14. Impostos e encargos sociais a recolher

O saldo está apresentado conforme demonstrado a seguir:

	2024	2023
Contribuições previdenciárias e FGTS	1.533	1.491
Imposto de renda retido	1.515	1.415
Imposto de renda de juros sobre capital próprio	415	321
Outros impostos e encargos sociais	493	327
	3.956	3.554

15. Encargos trabalhistas

Provisão de férias

Encargos sociais

	2024	2023
Provisão de férias	6.010	5.538
Encargos sociais	2.016	1.841
	8.026	7.379

continuação



CAPEMISA Seguradora de Vida e Previdência S/A
CNPJ: 08.602.745/0001-32

SEGUROS	Posição em 2024			
	Ocorrência entre 12/2020 e 12/2021	Ocorrência entre 12/2021 e 12/2022	Ocorrência entre 12/2022 e 12/2023	Ocorrência entre 12/2023 e 12/2024
Avisados (Até)				
No ano do evento	46.454	33.504	38.659	56.452
Após um ano	8.815	6.490	7.733	
Após dois anos	1.238	1.245		
Após três anos	759			

SEGUROS	Posição em 2024			
	Ocorrência entre 12/2020 e 12/2021	Ocorrência entre 12/2021 e 12/2022	Ocorrência entre 12/2022 e 12/2023	Ocorrência entre 12/2023 e 12/2024
Pagamentos				
No ano do evento	28.212	20.159	23.454	28.066
Após um ano	7.815	7.234	6.631	
Após dois anos	820	723		
Após três anos	762			

PREVIDÊNCIA	Posição em 2024			
	Ocorrência entre 12/2020 e 12/2021	Ocorrência entre 12/2021 e 12/2022	Ocorrência entre 12/2022 e 12/2023	Ocorrência entre 12/2023 e 12/2024
Avisados (Até)				
No ano do evento	139.245	109.578	95.621	94.521
Após um ano	10.482	8.158	7.896	
Após dois anos	848	687		
Após três anos	327			

PREVIDÊNCIA	Posição em 2024			
	Ocorrência entre 12/2020 e 12/2021	Ocorrência entre 12/2021 e 12/2022	Ocorrência entre 12/2022 e 12/2023	Ocorrência entre 12/2023 e 12/2024
Pagamentos				
No ano do evento	128.395	97.828	86.974	85.891
Após um ano	16.757	13.654	10.682	
Após dois anos	1.450	1.207		
Após três anos	912			

Valores Brutos de Resseguro
19.4. Cobertura das provisões técnicas: A Seguradora possui os ativos discriminados a seguir:

	2024	2023
Renda fixa	908.070	985.011
Outros	1.785	1.613
Total dos ativos oferecidos em cobertura	909.855	986.624

Para efeito de cobertura de provisões técnicas, os ativos oferecidos em cobertura são considerados pelo seu valor justo. A Seguradora possui excesso de cobertura no montante de R\$ 106.844 (R\$ 146.187 em 2023).
20. Outros débitos e débitos diversos - 20.1. Provisões judiciais - circulante e não circulante: As rubricas "provisões judiciais" estão compostas conforme demonstrado a seguir:

	Circulante		Não circulante	
	2024	2023	2024	2023
Obrigações fiscais (a)	2.359	2.494	3.390	4.383
Provisões fiscais (b)	-	-	123.543	117.515
Provisões cíveis (b)	-	-	8.296	29.103
Provisões trabalhistas (b)	-	-	3.444	2.849
	2.359	2.494	138.673	153.850

(a) Obrigações fiscais. • Esta rubrica está representada basicamente por débitos junto à Receita Federal do Brasil (RFB) cujo débito é de R\$ 4.973 (R\$ 6.186 em 2023). **(b) Provisões fiscais, cíveis e trabalhistas:** Abaixo apresentamos a movimentação das provisões fiscais, cíveis e trabalhistas:

	Novas provisões/incremento		Pagamento		Reversões		Juros/atualização		2024
	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	
Fiscais	117.515	-	-	-	-	6.028	123.543		
Cíveis	29.103	8.224	(7.424)	(23.830)	2.223	8.296			
Trabalhistas	2.849	284	(20)	(2)	333	3.444			
Total	149.467	8.508	(7.444)	(23.832)	8.584	135.283			

	Novas provisões/incremento		Pagamento		Reversões		Juros/atualização		2023
	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	
Fiscais	110.210	-	-	(5)	7.310	117.515			
Cíveis	27.976	9.060	(7.743)	(3.254)	3.064	29.103			
Trabalhistas	1.157	1.908	(155)	(289)	228	2.849			
Total	139.343	10.968	(7.898)	(3.548)	10.602	149.467			

Segundo os advogados da Seguradora, as contingências passivas existentes estão compostas da seguinte forma: As naturezas dos processos assim estão resumidas:
• **Fiscais**

Possibilidade de perda	2024			2023		
	Quantidade	Estimado	Contabilizado	Quantidade	Estimado	Contabilizado
Provável	5	123.543	123.543	5	117.515	117.515
Possível	6	1.088	-	5	718	-
Total	11	124.631	123.543	10	118.233	117.515

O saldo é composto principalmente pelos valores objeto da Ação Declaratória c/c Repetição de Indébito objetivando o reconhecimento do direito da Seguradora de não recolher a COFINS incidente sobre (i) a sua receita operacional; e sobre (ii) os ganhos financeiros decorrentes das aplicações financeiras da Seguradora. Em setembro de 2019, a 1ª Instância da Justiça Federal julgou improcedente os pedidos formulados pela Seguradora e a condenou ao pagamento de honorários de sucumbência sobre o valor atualizado da causa. Em face dessa sentença, a Seguradora interps Recursos de Apelação, que foi provido pelo TRF da 2ª Região, em março de 2024. Em atenção ao resultado do julgamento, foram opostos Embargos de Declaração pela Seguradora e pela União Federal, sendo provido apenas os Embargos de Declaração da Seguradora, em junho de 2024. Em decorrência do resultado favorável à Seguradora, a União Federal interps Recursos Especial e Extraordinário, em julho de 2024. Em setembro de 2024, foi determinada a suspensão do processo até o julgamento do Tema nº 1.280/STF. O TRF da 2ª Região, em novembro de 2024, se retratou, determinando a suspensão do processo até o julgamento do Tema 1.309/STF. Segundo a avaliação dos advogados responsáveis pela causa, as chances de perda estimadas para os casos são prováveis. Tratando-se de obrigação legal, a Seguradora, desde o início do processo, depositou em juízo os valores controversos e os provisionou em sua contabilidade. Os saldos dos depósitos judiciais relacionados aos processos fiscais estão demonstrados na nota explicativa nº 7.6.
• **Cíveis**

Possibilidade de perda	2024			2023		
	Quantidade	Estimado	Contabilizado	Quantidade	Estimado	Contabilizado
Provável	453	8.296	8.296	538	29.103	29.103
Possível	539	128.095	-	674	121.534	-
Total	992	136.391	8.296	1.212	150.637	29.103

Os montantes de R\$ 8.296 (R\$ 29.103 em 2023), classificados como perda provável, e (R\$ 128.095 (R\$ 121.534 em 2023), classificados como perda possível, versam sobre ações nas quais os autores requerem a restituição de contribuições, indenização por dano moral, revisão contratual, cancelamento de descontos, pagamento de seguro, pecúlio e pensão sem cobertura ou contrato. Para estes casos, entendemos que a vitória judicial ainda é possível. Os processos com possibilidade de perda provável tratam de demandas (contendo os mesmos objetos das demandas cadastradas com risco possível) onde a Seguradora, avaliando as características da ação e o entendimento dos tribunais, julga que as possibilidades de vitória são remotas e, portanto, a provisão é reconhecida.
• **Trabalhistas**

Possibilidade de perda	2024			2023		
	Quantidade	Estimado	Contabilizado	Quantidade	Estimado	Contabilizado
Provável	6	3.444	3.444	7	2.849	2.849
Possível	-	-	-	4	768	-
Total	6	3.444	3.444	11	3.617	2.849

Os montantes de R\$ 3.444 (R\$ 2.849 em 2023), classificados como perda provável, e (R\$ 768 em 2023), classificados como perda possível, referem-se a contingências em curso em diversas Varas da Justiça do Trabalho e Tribunais Regionais, que tratam pleitos de horas extraordinárias e equiparações salariais, que implicam em análise de caso a caso, não se aplicando jurisprudência, mas sim em decorrência dos elementos constantes das reclamatórias. Os processos com possibilidade de perda possível, conforme requerido no CPC 25, são apenas divulgados em nota explicativa e nenhuma provisão é reconhecida. **21. Patrimônio líquido - 21.1. Capital social:** O Capital Social da Seguradora é de R\$ 270.797 (R\$ 270.797 em 2023), totalmente subscrito e integralizado, dividido em 638.362.669 (638.362.669 em 2023) ações ordinárias sem valor nominal e está assim composto: 638.362.669 (638.362.669 em 2023) ações para a acionista controladora Capemisa Holding S.A. **21.2. Reserva de lucros:** A reserva legal R\$ 4.324 (R\$ 4.482 em 2023) é constituída ao final do exercício social com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício. Será constituída pela Seguradora até que o seu valor atinja 20% do capital social em conformidade com a Lei. O saldo remanescente do lucro líquido do exercício, após as deduções legais, a constituição da reserva legal e a distribuição de

dividendos, deverá constituir a reserva de investimento e capital de giro, que tem por finalidade assegurar investimentos no ativo permanente e acréscimo do capital de giro da Seguradora, podendo, inclusive, absorver prejuízos. **21.3. Ajuste de avaliação patrimonial:** São os reflexos das valorizações ou desvalorizações dos ativos mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes, líquidos de impostos renda e contribuição social diferidos. Os valores justos por meio de outros resultados abrangentes foram impactados pelos efeitos contábeis da alteração na taxa de juros (ETTJ) e a classificação de títulos públicos e privados anteriormente classificado como custo amortizado.

Saldos em 2022	Ajuste de Avaliação Patrimonial		
	Valor bruto	Imposto de IR/CSLL	Valor líquido
Títulos e valores mobiliários	(3)	1	(2)
Títulos e valores mobiliários - controladas	(23)	10	(13)
	18	(8)	10
Saldos em 2023	(8)	3	(5)

Ajustes na aplicação inicial da Circular SUSEP nº 678/2022
1.774 (709) 1.065
Saldos em 1º de janeiro de 2024
1.766 (706) 1.060
Títulos e valores mobiliários
(109.810) 43.923 (65.887)
Títulos e valores mobiliários - controladas (1.602) 641 (961)
Estrutura a termo da taxa de juros (ETTJ) 36.892 (14.757) 22.135
Saldos em 2024
(72.754) 29.101 (43.653)

21.4. Dividendos e juros sobre o capital próprio: De acordo com o Estatuto Social, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos equivalentes a 30% do lucro líquido de cada exercício social, ajustado conforme legislação societária e estatuto social, e ainda, mediante proposta do Conselho de Administração, aprovada pela Assembleia Geral, a Seguradora poderá declarar dividendos à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço e a distribuição de lucros aos acionistas a título de juros sobre o capital próprio, que serão computados aos dividendos anuais.

Lucro líquido do exercício

	2024	2023
Adoção inicial da circular SUSEP nº 678/2022	87.085	89.644
Base para cálculo da reserva legal	(600)	-
Constituição da reserva legal	86.485	89.644
Base de cálculo dos dividendos	4.324	4.482
Dividendos mínimos obrigatórios (30%)	82.161	85.162
(-) Juros sobre capital próprio (*)	24.648	25.548
Dividendos anuais propostos	(27.793)	(25.072)

(a) Valores líquidos de imposto de renda, conforme ICPC 08 (R1) - Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos. **22. Patrimônio líquido ajustado e adequação de capital:** Apresentamos a posição do patrimônio líquido ajustado e suficiência de capital da Capemisa Seguradora. A Resolução CNSP nº 432/2021, de 12 de novembro de 2021, e suas alterações dispõe sobre o Capital Mínimo Requerido (CMR) para autorização e funcionamento das sociedades supervisionadas, bem como sobre o plano de regularização de solvência dessas entidades. O CMR corresponde ao maior valor entre o Capital Base e o Capital de Risco, sendo o montante total que a sociedade supervisionada deverá manter para operar. Além disso, a norma dispõe que o Capital Base é o montante fixo de capital que a sociedade supervisionada deverá manter a qualquer tempo, e que o Capital de Risco é o montante variável de capital que a sociedade supervisionada deverá manter para garantir os riscos inerentes à operação, cujo cálculo é baseado nos riscos de subscrição, risco de crédito, risco operacional e risco de mercado. A mesma resolução trata dos critérios específicos para o estabelecimento do capital de cada um dos 4 (quatro) riscos que compõem o cálculo do CMR das operações de seguro e previdência complementar realizadas pelas sociedades seguradoras, entidades abertas de previdência complementar, sociedades de capitalização e resseguradoras locais, sendo eles: • Capital de risco de subscrição; • Capital de risco de crédito; • Capital de risco operacional e; • Capital de risco de mercado.

	2024	2023
Patrimônio líquido:	515.570	505.431
I- PLA nível 1	328.734	369.870
Ajustes contábeis	(171.180)	(120.877)

Participação em sociedades financeiras e não financeiras, nacionais ou no exterior (83.955) (75.693)
Despesas antecipadas (3.179) (3.839)
Créditos tributários de diferenças temporárias que excederem 15% do CMR (79.980) (37.896)
Ativos intangíveis, considerando o ágio por expectativa de rentabilidade futura líquido da redução ao valor recuperável e das obrigações fiscais diferidas resultantes da diferença temporária associada (4.066) (3.249)
II- PLA nível 2
Ajustes associados à variação dos valores econômicos 55.089 25.666

Diferença entre valor de mercado e valor dos ativos financeiros mantidos até o vencimento (229) 1.044
Redução no TAP referente à diferença de marcação dos ativos vinculados - (1.044)
Superávit de fluxos prêmios/contribuições não registrados apurado no TAP 9.531 8.881
Superávit entre provisões e fluxo realista de prêmios/contribuições registradas 45.787 16.785
III- PLA nível 3
Créditos tributários de diferenças temporárias, limitado a 15% do CMR 14.483 13.957
Imóveis urbanos, limitado a 14% do ativo total ajustado 944 927
Ajuste do excesso de PLA de nível 2 e PLA de nível 3
(22.468) (927)

	2024	2023
Patrimônio líquido ajustado (a)	377.011	409.493
Capital base (i) 8.100 8.100		
Capital de risco (ii) 96.557 93.044		
Capital de risco de subscrição 62.570 61.901		
Capital de risco de crédito 26.389 27.041		
Capital de risco operacional 1.178 1.058		
Capital de risco de mercado 35.460 29.908		
Capital mínimo requerido - CMR (maior entre i e ii) (b)	96.557	93.044
Suficiência de capital (a) - (b)	280.454	316.449
Índice de solvência - % (a) / (b)	290%	340%

23. Transações com partes relacionadas: A Seguradora possui operações com partes relacionadas, realizadas em condições compatíveis com as de mercado. Os saldos decorrentes de tais transações estão demonstrados a seguir:

	Ativo		Passivo		Receitas		Despesas	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Capemisa Holding S.A. (c) (d)	6	-	27.398	15.615	79	-	-	-
Capemisa Instituto de Ação Social (c) (d)	50	49	-	2.386	10	8	-	-
Capemisa Capitalização S.A. (a) (b) (c) (d)	3.186	1.177	-	-	2.832	2.169	1.627	1.581
Associação Clube Salutar (d) (e)	-	-	1	54	2	2	641	678
Remunerações do pessoal-chave da Administração (f)	-	-	-	-	-	-	-	11.020

A natureza das principais transações com partes relacionadas é descrita a seguir: (a) Compra de títulos de capitalização modalidade incentivo. O objetivo é ofertar aos clientes da Capemisa Seguradora um ganho extra pela premiação do título de capitalização atrelado ao seguro adquirido, cujo direito ao sorteio é cedido ao segurado pela Capemisa Seguradora. Os valores relativos ao direito de resgate pela compra dos títulos de capitalização são registrados no ativo na rubrica de Títulos e créditos a receber da Seguradora. (b) Reembolso de custos administrativos referente ao rateio de despesas comuns entre a Capemisa Capitalização e Capemisa Seguradora. Os custos são liquidados mensalmente, conforme estabelecido no Instrumento Particular de Rateio de Custos e Despesas. (c) Venda de seguros de vida em grupo com o objetivo de dar cobertura de vida para os colaboradores. (d) Destinação do lucro líquido por meio de dividendos e juros sobre o capital próprio (JCP). (e) Valor referente a administração de apólice de seguros, cuja liquidação é efetuada mensalmente. (f) Conforme determina o Estatuto Social, na Assembleia Geral Ordinária é fixado o montante global da remuneração dos Administradores, referentes à remuneração e benefícios de curto e longo prazo.

24. Detalhamento das contas de resultado
a - Prêmios ganhos

	2024	2023
Planos de pecúlio - Repartição simples	252.330	259.180
Prêmios diretos	162.030	153.651
Provisão matemática de benefícios a conceder	50.823	46.130
Planos de pecúlio - Capitalização	18.367	16.717
Provisão de prêmios não ganhos	2.978	(4.490)
Restituição de contribuições	(2.469)	(2.863)
Planos de renda - pensão - Capitalização	1.116	1.187
Outras provisões	(6.725)	(1.871)
	478.450	467.641

b - Sinistros Ocorridos

	2024	2023
Despesas com benefícios	(79.801)	(79.069)
Indenizações avisadas	(38.109)	(30.320)
Provisão matemática de benefícios concedidos	902	(3.187)
Despesas de sinistros	253	133
IBNR	148	6.868
IBNR PDR	(127)	101
	(116.734)	(105.474)

c - Custo de Aquisição

	2024	2023
Comissões	(41.225)	(37.752)
Despesas com administração de apólices	(4.443)	(4.384)
Outras	(1.931)	(1.299)
	(47.599)	(43.435)

d - Outras Receitas e Despesas Operacionais

	2024	2023
Outras receitas operacionais Seguros		
Outras receitas operacionais de seguros	509	

continuação



CAPEMISA Seguradora de Vida e Previdência S/A
CNPJ: 08.602.745/0001-32

PARECER DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES

Aos **Acionistas e Administradores da Capemisa Seguradora de Vida e Previdência S.A. - Escopo da Auditoria:** Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da **Capemisa Seguradora de Vida e Previdência S.A.** (a seguir denominada "Companhia"), em **31 de dezembro de 2024**, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária (IBA) e com as normas e orientações da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP). **Responsabilidade da Administração:** Administração da Companhia é responsável pelas provisões técnicas e pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária (IBA) e com as normas e orientações da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos Atuários Independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária (IBA) e com base em nosso conhecimento técnico e experiência profissional. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante. Em relação ao aspecto da solvência, nossa responsabilidade está restrita a adequação dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e do capital mínimo da Companhia e não abrange uma opinião no que se refere as condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção. Os pro-

cedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da Companhia são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial. **Opinião:** Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da **Capemisa Seguradora de Vida e Previdência S.A.** em **31 de dezembro de 2024** foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pelos órgãos reguladores e pelo Instituto Brasileiro de Atuária (IBA). **Outros Assuntos:** No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

Porto Alegre, 14 de fevereiro de 2025.



Mirador Assessoria Atuarial Ltda.
CIBA 84
CNPJ: 04.941.624/0001-64
Av. Padre Cacique, 320 – 3º andar, Porto Alegre, RS, 90810-240
mirador360.com.br

Brenda de Borba Trajano
Atuária Auditora Independente
MIBA 2842
CPF: 029.363.920-55

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos **Diretores e Acionistas da CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREVIDÊNCIA S.A. - Rio de Janeiro – RJ.** **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da **CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREVIDÊNCIA S.A.** ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREVIDÊNCIA S.A.** ("Seguradora") em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Seguradora é responsável pela elaboração e adequação apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pelos controles internos determinados pelo Órgão como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Determinamos a materialidade de

acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião. • A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras. • Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria. • A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluirmos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional é, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 2025.
Baker Tilly Brasil RJ Auditores Independentes
CRC-RJ 005.333/O-0
Paulo Buzzi Filho
Contador - CRC-RJ 071138/O-5

